



Número: **0013908-92.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIEL MARDUQUEU DA SILVA (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)	
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59136813	12/03/2020 10:28	Petição Inicial	Petição Inicial
59136817	12/03/2020 10:28	PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração
59136818	12/03/2020 10:28	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
59136819	12/03/2020 10:28	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
59136820	12/03/2020 10:28	CTPS - DANIEL MARDUQUEU DA SILVA	Outros (Documento)
59136821	12/03/2020 10:28	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
59136822	12/03/2020 10:28	LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
59136824	12/03/2020 10:28	PROCESSO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
59584344	23/03/2020 12:54	Despacho	Despacho
60141338	01/04/2020 17:34	Certidão	Certidão
60141349	01/04/2020 17:41	Intimação	Intimação
64034745	01/07/2020 14:58	Contestação	Contestação
64034750	01/07/2020 14:58	2730405_CONTESTACAO_01	Petição em PDF
64034755	01/07/2020 14:58	ANEXO 1	Outros (Documento)
64034757	01/07/2020 14:58	DOCUMENTAÇÃO PARA VIRTUAL	Outros (Documento)
64120253	03/07/2020 10:06	Petição	Petição
64120258	03/07/2020 10:06	2730405_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01	Petição em PDF
64120259	03/07/2020 10:06	ANEXO 1	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas
64120260	03/07/2020 10:06	ANEXO 2	Guias de Recolhimento / Deposito / Custas

64629 944	14/07/2020 09:55	Intimação	Intimação
64639 427	14/07/2020 11:34	Certidão	Certidão
64639 430	14/07/2020 11:34	INT / COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	Aviso de recebimento (AR)
64689 455	14/07/2020 23:38	Data perícia	Petição em PDF
65307 219	27/07/2020 15:01	Intimação	Intimação
65307 220	27/07/2020 15:01	Intimação	Intimação
67770 762	10/09/2020 15:45	Laudo	Petição em PDF
67770 768	10/09/2020 15:45	LAUDO 0013908-92.2020.8.17.2001	Laudo Pericial
67781 237	10/09/2020 17:19	Intimação	Intimação
67800 618	11/09/2020 08:47	Manifestação do laudo	Petição
68689 590	28/09/2020 17:12	Petição	Petição
68689 591	28/09/2020 17:12	2730405_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01	Petição em PDF
69201 439	13/10/2020 16:07	Despacho	Despacho
71033 902	16/11/2020 08:37	Certidão	Certidão
71033 903	16/11/2020 08:37	13908-92.2020 DANIEL MARDUQUEU-NÃO PROCURADO 22B	Aviso de recebimento (AR)
71089 110	16/11/2020 19:01	Intimação	Intimação
76054 312	01/03/2021 12:12	Certidão	Certidão
76064 093	01/03/2021 13:47	Sentença	Sentença
77379 256	22/03/2021 17:03	Intimação	Intimação
77380 233	09/04/2021 13:39	Alvará	Alvará
78488 282	12/04/2021 11:44	Impressão de alvará	Petição em PDF

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA _____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, portador do RG nº 5.733.053 SDS/PE e do CPF nº 041.225.744-04, e-mail: não possui, residente e domiciliado no Rua José Francisco de Paula, nº 09, Residencial Reserva da Pitanga, Quadra G, Agamenon Magalhães, Igarassú/PE, CEP 53.640-782, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações, citações, notificações, entre outros, na Rua Joaquim Nabuco, nº 200, Timbó, Abreu e Lima/PE, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Contra: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A, inscrita no CNPJ sob número 33.054.826/0001-92, situada na Avenida Marques de Olinda, nº 175, Recife Antigo, Recife/PE – CEP 50.030-000, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, requista inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade..

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua o Art. 98 e ss do CPC.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

Prima facie, em atendimento ao disposto no art. 319, VII, do CPC e ainda por se tratar de matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, sendo imprescindível a realização de prova pericial, o autor não opta, inicialmente, pela realização da audiência de conciliação, sem que seja realizada perícia judicial.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA:

O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 17 de outubro de 2019, quando conduzia a motocicleta pela via pública, momento em que ao tentar desviar de um buraco, perdeu o controle e caiu ao solo, com o impacto o Autor sofreu lesão de natureza grave, sendo socorrido para a UPA DE IGARASSÚ e posteriormente transferido para o Hospital Miguel Arraes, conforme prova Boletim de Ocorrência e ficha de esclarecimento em



anexo.

NO LAUDO MÉDICO atesta que o Autor apresenta TRAUMA EM MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO + FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RÁDIO ESQUERDO + LUXAÇÃO DO COTOVELO ESQUERDO, SENDO SUBMETIDO A TRATAMENTO CIRÚRGICO.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito, o Autor de posse de todos os documentos, requereu administrativamente o Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que, a seguradora, pagou, através do CONSÓRCIO DAS SEGURADORAS, a importância de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme comprovante em anexo.

A FENASEG, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), que reduz o valor a ser pago afirmando que cada órgão tem um percentual, o que vai de encontro ao art. 3º e 5º ambos da Lei nº 6.194/74.

Acontece que, o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ser reduzindo, visto que, uma norma não pode ficar condicionada a uma diretriz das seguradoras que exploram o seguro obrigatório em nosso país.

A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente.

A posição da Demandada se confronta com as Leis ns. 6.194/74, e, 8.441/92, que delibera sobre o pagamento do DPVAT, afirmando que o seguro obrigatório, poderá ainda ser requerido a qualquer uma das Seguradoras, que façam parte do Convênio.

DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA PELA PROMOVIDA:

A Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia à 40 (quarenta) salários mínimos.

O novo texto passou a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; ”

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.

Assim foi que a Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei



11.482/2007, colocou os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.

Ora, Douto Julgador, foi pago o autor a importância de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), como o valor estipulado pela norma legal corresponde à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de logo, se conclui que a Demandada, deve indenizar o promovente no valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), valores estes que devem incidir juros de 1% , retroativos a data do sinistro, por trata-se de crime de apropriação, aplicando-se a Sumula 54 do STJ, no caso em tela.

DO VALOR DO DPVAT, ATRELADO APENAS AO QUANTUM DA LEI 11.482/2007.

-
A Lei n. 6.194/74, mesmo com as alterações sofridas pela Lei nº 11.482/2007, em momento algum, faz uso, referência a aludida “Tabela”, como base de calculo, mas tão somente a ocorrência do dano.

A prova do dano fora perfeitamente identificada, apreciada pela seguradora, visto que, já houve um pagamento administrativo, efetuado de forma a menor em prejuízo do autor, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

O cálculo é simples se o valor da indenização, em casos de invalidez nos exatos termos do Art 3º, inciso II da Lei 11.482/2007, II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e, como foi pago apenas R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), deve a seguradora pagar como forma de indenização o valor da diferença no quantum de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos) , retroativos a data do pagamento a menor.

Como se não bastasse reduzir os valores do DPVAT, que o faz tomando como base a Resolução tomada pela demandada como amparo, nasce de lavra do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) , não tendo força de lei, serve apenas para apoiar o ato ilícito patrocinado pelas seguradoras que exploram esse ramo de atividades em nosso país.

Nunca é demais ratificar que a Lei n. 6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradora, dentre as quais figura a recorrente, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

As provas colecionadas pelo requerente, aponta, retratam a debilidade a que ficou restrito o autor. Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a simples ocorrência do acidente e da extensão do DANO por ele provado.

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO:



PELO EXPOSTO, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 3º, II, e art. 5º ambos da Lei n. 6.194/74, requerer o seguinte:

1. Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para comparecer à audiência designada por Vossa Excelência, tendo em vista o interesse em composição para solucionar o feito e realizar perícia médica, para apurar o grau de invalidez sofrido pelo Autor, e em caso de frustração da conciliação, que seja, de logo, intimada a contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 335, I, do Código de Processo Civil Pátrio;
2. A procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente ao complemento do seguro Obrigatório DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, ou SUBSIDIARIAMENTE que seja avaliado o grau de invalidez do Autor, através da perícia médica, utilizando os reais percentuais de invalidez para o cálculo da indenização devida ao mesmo, tudo nos conformes determinado pela tabela de invalidez implementada pela Lei nº 11.945/2009.
3. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos a data do sinistro;
4. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
5. Requer ainda a parte autora que caso a parte demanda não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir sobre o quanto a multa de 10% (dez) por cento;
6. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente, depoimento pessoal das partes, pericial e documental em anexo, e demais que se fizerem necessárias, as quais desde já ficam requeridas.

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 98 e seguintes do CPC, por não ter condições financeiras, no momento, de efetuar o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, declaração de hipossuficiência em anexo;

Dá a presente causa o valor de R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Recife, 12 de março de 2020.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB/PE 1292-A



PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”

OUTORGANTE: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, portador do RG nº 5.733.053 SDS/PE e do CPF nº 041.225.744-04, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua José Francisco de Paula, nº 9, Residencial Reserva da Pitanga, Quadra: G, Agamenon Magalhães, Igarassu/PE. Cep: 53.600-000.

OUTORGADOS: Bel. ADSON JOSÉ ALVES DE FARIAS, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PE 1292-A, CPF nº 917.578.194-87, e-mail: adsonadv@hotmail.com; e Bela. ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 7.742.986 SSP/PE e do CPF nº 884.647.684-00, e-mail: wradvogadosjp@hotmail.com, com escritório profissional na Avenida Joaquim Nabuco, nº 200, Timbó, Abreu e Lima/PE.

PODERES: Por este instrumento particular de mandato, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium* et extra, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, até final decisão, inclusive cumprimento de sentença, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, receber alvará junto à Serventia Judicial expedido em seu nome, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, conforme estabelecido no Art. 105 do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, enfim, praticar todos os atos processuais que ache oportuno e conveniente para o fiel cumprimento deste mandato, dando tudo por bom, verdadeiro, firme e valioso.

CLAUSULA CONTRATUAL: Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos na base de **30% (trinta por cento)** sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente instrumento.

Abreu e Lima/PE, 21 de fevereiro de 2020

Outorgante:

Daniel Mardukeu da Silva



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA, brasileiro, solteiro, auxiliar de produção, portador do RG nº 5.733.053 SDS/PE e do CPF nº 041.225.744-04, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua José Francisco de Paula, nº 9, Residencial Reserva da Pitanga, Quadra: G, Agamenon Magalhães, Igarassu/PE. Cep: 53.600-000. Declaro para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova Junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO**, nos termos do Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por não ter condições financeiras de suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu sustento e de sua família, principalmente para ingressar com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT**. Declara ainda ser conhecedor das sanções administrativas e Criminais, caso a presente não retrate a verdade. Nada mais a constar, assino o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Abreu e Lima/PE, 21 de fevereiro de 2020

Declarante: Daniel Mardukeu da Silva.



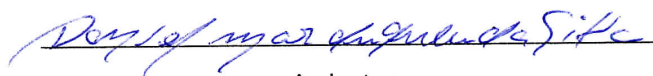
Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, DANIEL MARQUÊS DA SILVA,
RG/CNH nº 5.733.053, órgão expedidor: SDS, UF: PE, CPF: 041.225.744-04,
endereço: RUA JOSÉ FRANCISCO DE PAULA, nº 9, QUADRA G,
RESIDENCIAL RESERVA DA PITANGA, AGAMENON MAGALHÃES,
CEP: 53.600-000, cidade de IGARASSU - PE, telefone(s)
(81) 9.9470-4375, **DECLARO** ser isento(a) da apresentação da Declaração do
Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s) exercício(s) 2015 a 2018 por não incorrer
em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da
Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

ABREU E LIMA-PE, 21 de FEVEREIRO de 2020.



Assinatura

* Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico:
<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

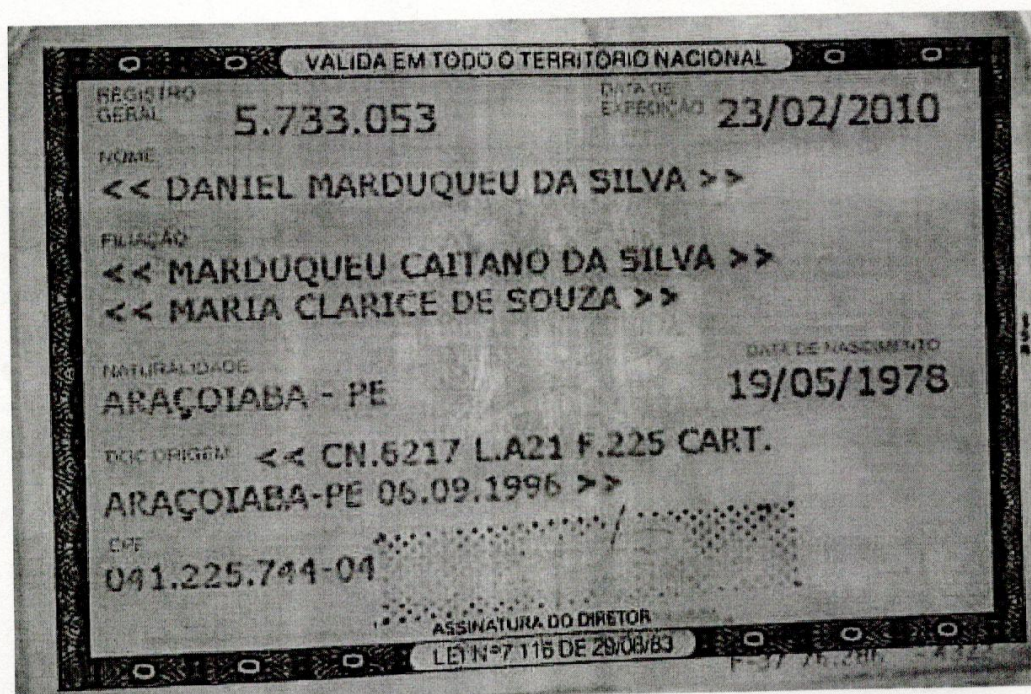
Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art.

. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **041.225.744-04**

Nome: **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**

Data de Nascimento: **19/05/1978**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **03/02/2000**

Digito Verificador: **00**


Comprovante emitido às: **20:33:21** do dia **30/10/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **C11C.7AA3.EE65.991A**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA		2a VIA
COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA, RECIFE, PERNAMBUCO CEP 50050-902 CNPJ 10.835.932/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL 0005943-93	 CELPE www.celpe.com.br	Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de COMERCIAL 116 PRONTI Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 : Ouvidoria 0800 : Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefon Agência Nacional de Energia Elétrica 167-Ligação Gratuita de telefones fixos (

DADOS DO CLIENTE JOSE PAULINO DA SILVA MCID544P01 CPF: 389.727.354-34	DATA DE VENCIMENTO 01/11/2019 TOTAL A PAGAR (R\$) 130,60	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 18/10/2019 DATA DA APRESENTAÇÃO 25/10/2019 NÚMERO DA NOTA FISCAL 081732365	CONTA CONTRATO 007017838150 N° DO CLIENTE 2013667501 N° DA INSTALAÇÃO 0006006637
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA JOSE FRANCISCO DE PAULA 9 CS- RESIDENCIAL RESERVA DA PITANGA QD-G AGAMENON MAGALHAES/IGARASSU 53600-000 IGARASSU PE		CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA ASSIST SOCIAL CONTINUADA - BPC Monofásico	
As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br		RESERVADO AO FISCO C39F.08A3.7F03.FC2B.0F7A.B2CC.F31D.05DB	

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL									
DESCRIÇÃO			QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)				
Consumo Ativo até 30 kWh			30,00	0,27049070	8,11				
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh			70,00	0,46369834	32,45				
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh			87,69	0,69554752	60,99				
Acréscimo Bandeira AMARELA					1,66				
Acréscimo Bandeira VERMELHA					3,23				
Contrib. Ilum. Pública Municipal					20,54				
ICMS Subvenção-CDE-NF 074049127-19/08/19					0,77				
ICMS_Subvenção Baixa Renda					0,05				
Multa por atraso-NF 074049127 - 19/08/19					1,77				
Juros por atraso-NF 074049127 - 19/08/19					1,03				
TOTAL DA FATURA					130,60				
INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS									
ICMS			PIS			COFINS			
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	
106,44	25,00	26,61	106,44	1,29	1,37	106,44	5,95	6,33	

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE		
Vencido	Dx Reav	Valor
02/10/19	25/10/19	113,67

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/ANEEL. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

Tarifas Aplicadas		HISTÓRICO DO CONSUMO	
Consumo Ativo até 30 kWh	0,18328450	OUT 19	
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	0,31420200	SET 19	
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	0,47130300	AGO 19	
		JUL 19	
		JUN 19	
		MAI 19	
		ABR 19	
		MAR 19	
		FEV 19	
		JAN 19	
		DEZ 18	
		NOV 18	
		OUT 18	

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO			
	R\$	%	
Geração de Energia	35,07	32,95	
Transmissão	3,87	3,64	
Distribuição (Celpe)	23,49	22,07	
Encargos Setoriais	2,30	2,16	
Tributos	34,31	32,23	
Perdas de Energia	7,40	6,95	
TOTAL	106,44	100	

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		N° DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
00000003151887120	CAT	17/09/2019	4.110,00	18/10/2019	4.298,00	31	1,00000	0,00	188,00
DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 19/11/2019									

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES				
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.
ago/2019				
DIC-No.de horas sem Energia	IGARASSU	0,00	10,58	21,17
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	7,59	15,19
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	5,58	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico				Limite DICRI: 16,50
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 35,83				
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer				

INFORMAÇÕES IMPORTANTES		NÍVEIS DE TENSÃO	
Pague no ponto mais perto de você! Ana Karoline Porfírio Ribeiro: r onze cahab i / antonio alexandre de barros co: r agamenon magalhães n° 02 centro Lista completa em www.celpe.com.br . Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br . Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL), Juros 1%a.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês. Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 52,75. O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.		TENSÃO NOMINAL(V) 220	LIMITE DE VARIAÇÃO MÍNIMO 202
		AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	



TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTRB, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos direitos trabalhistas, a justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e para a concessão de Previdência Social, garantindo, ainda, a inscrição no seguro-desemprego e no tempo de Garantia do Tempo de Serviço - GTS.

O conjunto de anotações contidas neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta e qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia de preservação a validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade também, como documento de identificação.

CONFECCIONALIA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMparo AO TRABALHADOR

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIA/BASEP

131.76929.45-4

6176929

0050

PE

Paraf. e. m. m. d. q. u. e. n. e. b. 9. 4. 6. 0

ASSINATURA DO TITULAR



U.3



DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMORRÓIDA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. nº 873 de 12 de abril de 1996) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
43720	00051	PE	15/05/2001
05/03/2017			
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO
NÚMERO	SÉRIE	UF	DATA DE EMISSÃO

06

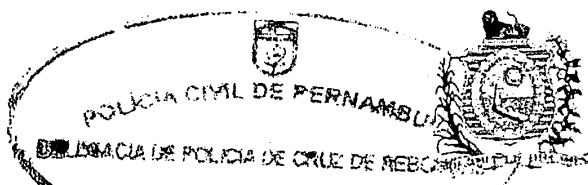
CONTRATO DE TRABALHO

Vide pag.: 34
 5612 - DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
 Ondunorte Cia Papeis e Papelao Ondulado
 C.N.P.J : 10.808.699/0001-74
 Endereço : Av Alfredo Bandeira de Melo ,0
 Bairro: Centro
 Cidade: Igarassu , UF: -PE
 Cargo: AUX PRODUCAO
 Data de Admissão: 03/08/2018
 Salário: R\$ 1.069,15
 (Um Mil Sessenta e Nove Reais e Quinze Centavos)
 por mês
 ONDUNORTE Cia de Papeis e Papelao Ondulado
 Ondunorte Cia Papeis e Papelao Ondulado

1º	2º	3º	4º
COM. DISPENSA CD Nº			
FGTS Nº DA CONTA			

07





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 033ª CIRCUNSCRIÇÃO - CRUZ DE REBOUÇAS - DP33ªCIRC
DIM/8ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 19E0123002063

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **03/12/2019** às **14:58**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados) que aconteceu no dia **17/10/2019** às **01:30**

Fato ocorrido no endereço: **ESTRADA DO MONJOPE, 01** - Bairro: **CRUZ DE REBOUCAS - IGARASSU/PERNAMBUCO/BRASIL** - Ponto de Referência: **COMPESA**
Local do Fato: **NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

O ESTADO (AUTOR / AGENTE)
MACIELL VICENTE FERREIRA (OUTRO)
DANIEL MARDUQUEL DA SILVA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DANIEL MARDUQUEL DA SILVA**
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **O ESTADO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

DANIEL MARDUQUEL DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA CLARICE DE SOUZA**
Pai: **MARDUQUEL CAETANO DA SILVA** Data de Nascimento: **19/5/1978** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**
Endereço Residencial: **BAIRRO DE CENTRO (BAIRRO), 01, RUA RESIDENCIAL RESERVA DA PITANGA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - IGARASSU/PERNAMBUCO/BRASIL, MERCADO JUAZEIRO**

O ESTADO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Mãe: **DESC** Pai: **DESC** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

MACIELL VICENTE FERREIRA (não presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **DESC** Pai: **DESC** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

UMA MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **MACIELL VICENTE FERREIRA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DANIEL MARDUQUEL DA SILVA**

03/12/2019 16:

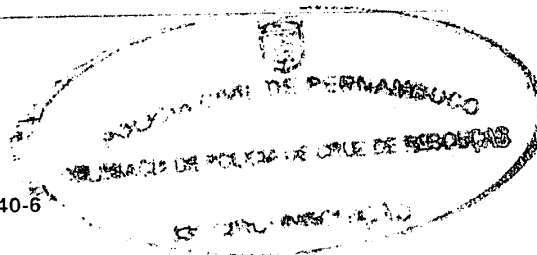


Placa: **PEP3660** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)
Ano Fabricação/Modelo: **2011/2011** Combustível: **ALCO/GASOL**

A VITIMA INFORMOU QUE TRAFEGAVA PELA ESTRADA DE MONJOPE QUANDO LIVROU UM BURACO QUE EXISTIA NA VIA E CAIU INDO DE ENCONTRO AO SOLO COOM A QUEDA O MESMO TEVE FRATURA NO ANTEBRAÇO ESQUERDO E NO RADIO O MESMO FOI SOCORRIDO POR POPULARES PARA UPA DE IGARASSU E NO OUTRO DIA PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAES ONDE FOI SIRURGIADO.

* Dec. 1 of my or the Encls. of 5: Ha
DANIEL MARDUQUEL DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: **ENEAS FRANCISCO DA SILVA - MAT. 151740-6**



UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 17/10/2019 14:29

Nome Paciente:	DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Cód. Paciente:	
Data de Nascimento:	19/05/1978
Sexo:	Masculino
Idade:	41 anos
Senha:	0108
Convênio:	-
Atendimento:	
SAME:	

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:47

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - RECLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **EMERGENCIA - VERMELHO**

Cor: **VERMELHO**

Queixa Principal: DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN

Observação: ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA
HAS-
DM-

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - DOR INTENSA (8-10/10)

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:42

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **URGENCIA - AMARELO**

Cor: **AMARELO**

Queixa Principal: DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN

Observação: ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA
HAS-
DM-

Fluxograma sintoma: TRAUMA

Discriminador(es): - SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos: - RÉGUA DE DOR: 7

Acolhido(a) por: MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 17/10/2019 14:47

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 12/03/2020 10:27:27

<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031210272718300000058156607>

Número do documento: 20031210272718300000058156607

Num. 59136822 - Pág. 1

Atendimento: 1143606

Senha de Classificação:

0108

Data e Hora: 17/10/2019 14:57

Paciente: 354327 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA Sexo: MASCULINO
Nome Social: Cor: Parda Escolaridade:
Data do Nascimento: 19/05/1978 Idade: 41 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO
Nome da Mãe: MARIA CLARICE DE SOUZA Nome do Pai:
Estado Civil: SOLTEIRO Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA CRM: 1234567
Endereço: RUA JOSE FRANCISCO DE PA 9 Bairro: CENTRO
Cidade/UF: IGARASSU PE Cep: 53610970 Usuário Atendimento: MARIAJLS
RG (Identidade): 5733053 SDS PE Data de Emissão: 23/02/2010 CNS:
CPF (Cadastro de Pessoa Física): 04122574404 Fone: 73189502
CRN(Certidão de Registro de Nasc): Data de Emissão CRN:

PESO: ALTURA: TEMPERATURA: °C FC: bpm FR: rpm PA: mmHg
DATA: HORA: 14:57

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL

história de trauma com trauma no msc e punho
eupia no trauma de acidente de trânsito

EXAME FÍSICO: Exame físico normal, sem sinais de trauma
no msc e punho, sem sinais de trauma no msc e punho
e sem sinais de trauma no msc e punho

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S): Lesão de punho
Fratura de punho

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

Rodrigo Victor Lapenda
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 20912

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

HORÁRIO

1) Suplementar	2) Punho	3) Punho	4) Punho
1) Punho	2) Punho	3) Punho	4) Punho
1) Punho	2) Punho	3) Punho	4) Punho
1) Punho	2) Punho	3) Punho	4) Punho

Médico / Cremepe:

ENCAMINHADO: () Ambulatório () Sala Verde () Sala Amarela () Sala Vermelha

Médico / Cremepe:



EVOLUÇÃO CLÍNICA (pareceres, resultado de exames, etc.)

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM (ASS/COREN)

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL (ASS/CRESS)

DESTINO:

ALTA: ☐ Melhorada ☐ Com Atestado ☐ Com Prescrição

☐ TRANSFERÊNCIA LOCAL: _____ SENHA: _____

☐ ÓBITO Data: ____/____/____ ÀS _____ ☐ ATESTADO DE ÓBITO ☐ SVO ☐ IML

Médico / Cremepe:

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE ALTA A PEDIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS!

Responsabilizo-me pela recusa do tratamento médico proposto e saída deste serviço de saúde, assim como tenho absoluto conhecimento sobre todas as consequências que deste ato possam advir.

DATA: ____/____/____ HORA: ____:____;____

NOME LEGÍVEL: _____

RG: _____

GRAU DE PARENTESCO: _____

ASSINATURA: _____

RECEPÇÃO / CARIMBOS:

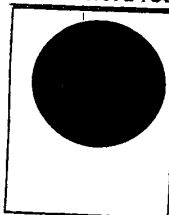


HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 18/10/2019 07:45



Nome Paciente: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 19/05/1978
Sexo: Masculino
Idade: 41 anos
Senha: 0010
Convênio:
Atendimento:
SAME:

onlop

Período: 18/10/2019 08:06 - 18/10/2019 08:12

MAURICELIA MARIA ALVES MACIEL - COREN: 6723 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:

URGÊNCIA AMARELO

Cor:

AMARELO

Queixa Principal:

PACIENTE REFERE DOR EM MSE APÓS QUEDA DE MOTO NEGA VÔMITO E OU DESMAIO

Medicamento(s):

NEGA FAZER USO DE MEDICAMENTO P/ DOENÇAS CRÔNICA

Observação:

PROCEDENTE DA UPA DE IGARASSÚ C/ SENHA 5795398, PACIENTE EM AR AMBIENTE, NORMOCORADO, REFERE DOR EM MSE APÓS QUEDA DE MOTO, NEGA VÔMITO E OU DESMAIO

Fluxograma sintoma:

TRAUMA

Discriminador(es):

- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE

Especialidade:

ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:

- SACR - REGUA DE DOR: 1
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15
- FREQUENCIA CARDIACA: 94.00 BPM
- FREQUENCIA RESPIRATORIA: 18.00 RPM
- GLICOSE: 117.00 MG/DL
- P.A. SISTOLICA: 140.00 MMHG
- P.A. DISTOLICA: 100.00 MMHG
- PESO: 76.00 KG
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 98.00 %
- TEMPERATURA(C): 37.00 °C

REVISADO
NEPI-HMA

HMA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sim () Não (X)

Local

.....
Enfermeiro

Acolhido(a) por: MAURICELIA MARIA ALVES MACIEL - COREN: 6723 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 18/10/2019 08:12

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Assinado eletronicamente por: ADSON JOSE ALVES DE FARIAS - 12/03/2020 10:27:27

<https://pje.tipe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20031210272718300000058156607>

Número do documento: 20031210272718300000058156607

Num. 59136822 - Pág. 4



HOSPITAL
MIGUEL ARRAES

HOSPITAL MIGUEL ARRAES



Atendimento: 500000

Data e Hora: 18/10/2019 08:21

Senha da Classificação:

0010

Paciente: 130467 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 19/05/1978 Idade: 41 anos Convenio: 2 SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: MARIA CLARICE DE SOUZA

Nome do Pai: MARDUQUEU CAITANO DA SILVA

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

Endereço: RUA JOSEFA FRANCISCO DE --

9

Bairro: AGAMENON MAGALHAES

Cidade/UF: IGARASSU

PE

Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

Paciente vítima de queda de moto
há 12 horas com trauma em cotovelo
e antebraço - dor aguda e limitações

Exame Físico

Consciente orientado e bem
humorado com edema no cotovelo e punho

Hipótese Diagnóstico

FX I LX cotovelo + FX radio ulnar L1

Prescrição Médica

Solicitar RX de cotovelo + antebraço
e punho
Internamento

Assinatura e Carimbo/Médico

Dr. Ian Loreta
CRM-PE 21590

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência

() Transferido: Para _____

Senha: _____

() Encaminhado ao setor de internação





Laudo para solicitação de autorização de internação

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	2 - CNES	6431569
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	HOSPITAL MIGUEL ARRAES	4 - CNES	6431569

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5 - Nome do Paciente	DANIEL MARDUQUEU DA SILVA			6 - Nº Prontuário	130467
7 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - Raça/Cor	10.1 - Etnia	
700 60 244 082 42 66	19/05/1978	Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	03 - Parda	0000 - Não Se Aplica	
11 - Nome da Mãe	MARIA CLARICE DE SOUZA			12 - Telefone de Contato	8197318950
13 - Nome Responsável	EDILMA FRANCISCA			14 - Telefone de Contato	
15 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)	RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA, 9 - AGAMENON MAGALHAES				
16 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
ASSU	260680	PE	53640378		

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

Principais Sinais e Sintomas Clínicos

ANTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA - 12 HORAS COM TRAUMA EM COTOVELO + ANTEBRAÇO ESQUERDO COM DOR E EDEMA NO MESMO
ENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL
EDEMA E DEFORMIDADE EM PUNHO E COTOVELO ESQUERDO
ALERGIAS E COMORBIDADES

21 - Condições que justificam a Internação
CITADAS ACIMA

22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas
ANAMNESE + EXAME FISICO

23 - Diagnóstico Inicial / Código

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO E + LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO

24 - CID 10 Principal

S525

S53.1

25 - CID 10 Secundário

W199

V29.9

26 - CID 10 Causas Associadas

04.08.02.015-6

04.08.02.040-7

27 - Descrição do Procedimento Solicitado

PROCEDIMENTO SOLICITADO

PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ORTOPEDIA

29 - Especialidade	30 - Caracter de Atendimento	31 - Documento	32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente	28 - Código do Procedimento
CIRÚRGICA	2	(X) CNS () CPF	980016278437533	0415020069
Nome do Profissional Solicitante/Assistente	34 - Data da Solicitação	35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)		
SORMANE DE CARVALHO BRITTO	18/10/2019	16339		

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36 - () Acidente de Trânsito	39 - CNPJ Seguradora	40 - Nº Bilhete	41 - Série
37 - () Acid. Trabalho Típico	42 - CNPJ / Empresa	43 - CNAE / Empresa	44 - CBOR
38 - () Acid. Trabalho Trajeto			
45 - Vínculo com a Previdência			
() Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Apc			

AUTORIZAÇÃO

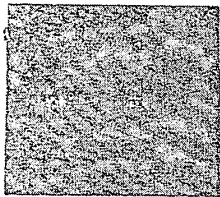
46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Cód. Órgão Emissor
	E260000001
48 - Documento	49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador
() CNS () CPF	
50 - Data da Autorização	51 - Assinatura e Carimbo (Nº Registro do Conselho)

AIH
261910222177-0

AIH
261910222178-0

Código do Laudo: 500000



**HOSPITAL MIGUEL ARRAES**MV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.....: 29/10/2019

Hora.....: 12:22

Aviso de Cirurgia : 60529

Paciente : 130467

Convênio Atend. : 1

Leito : 70

Dt. Início : 29/10/2019 09:50

Cid Pré-Operatório : S525

Cid Pós-Operatório : S525

Sala : 0002

SALA 02

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

SUS - INTERNACAO

ORTL-511-LEITO 002

Dt. Fim : 29/10/2019 11:50

Atendimento : 500068

Carteira :

Idade : 41 Anos

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO

Procedimento: 0408020407

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS
ANTÉBRAÇO (PRINCIPAL)

Convênio: 001

SUS - INTERNACAO

Anestesia: 74

BLOQUEIO DE NERVOS DE MMSS

CIRÚRGIAO

18757 JEFFERSON CALUME DE OLIVEIRA JUNIOR

Descrição Cirúrgica :

DIAGNÓSTICO: FRATURA DO RÁDIO DISTAL ESQUERDO

CIRURGIA: REDUÇÃO ABERTA + OSTEOSÍNTESE COM PLACA E FIOS K

CIRURGIÃO: DR JEFFERSON

1º AUXÍLIO: DR PEDRO/ DR LIVIO

INSTRUMENTADOR (A): -

ANESTESISTA: GR GENESIO

ANESTESIA: BLOQUEIO MMSS

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSE;
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS;
4. INCISÃO DORSAL DE APROX. 10CM E DIVULSÃO POR PLANOS. OBSERVAMOS COMINUIÇÃO DORSAL. REDUÇÃO CRUENTA. FIXAÇÃO COM FIOS K E APOSIÇÃO DE ENXERTO ÓSSEO ESPONJOSO LOCAL EM FALHA DORSAL
5. INCISÃO VOLAR DE APROX. 07CM PELA QUAL OBSERVAMOS DESVIO GRANDE DO FRAGMENTO VOLAR-ULNAR E DO CARPO. REDUÇÃO CRUENTA, FIXAÇÃO COM FIOS K E COLOCAÇÃO DE PLACA TERÇO DE CANO DE 4 FUROS COM CORTE
6. LIMPEZA COM SF 0,9%;
7. CONTROLE COM RX
8. SUTURA POR PLANOS COM VYCRIL 2-0 E NYLON 4-0
9. CURATIVO ESTÉRIL
10. TALA AXIOPALMAR A ESQ

Achados Cirúrgicos:**Descrição Complementar**FATURADO
04/11/19
LAUDO DE LAUDO
FATURADODr. Pedro Thiago de Sousa Lima
Ortopedia
CRM-PE 23122DR(A) : JEFFERSON CALUME DE OLIVEIRA JUNIOR
CRM : 18757

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



Protocolo de Encaminhamento

TIPO DE OCORRÊNCIA

Causa Externa: Acidente/Violência () Causa Clínica () Obstétrico () Psiquiátrico ()
Em caso de violência/acidente: Via Pública () Domicílio () Local de Trabalho ()

SENHA

5+ 35388

Nome do Paciente:

DANIEL MANDUEIRA DA SILVA

Idade:

41

Sexo: M () F () Profissão:

Fone:

Endereço Residencial:

Bairro:

Cidade:

CAUSA EXTERNA (ACIDENTE/VIOLENCIA)

Acidente de Trânsito: Ônibus () Caminhão () Carro de Passeio () Motocicleta ()
Atropelamento: Pedestre () Ciclista ()
Automóvel (Colisão); Passageiro () Motorista () Banco de Trás () Banco da Frente () Uso de cinto: S () N ()
Motocicleta: Motociclista () Passageiro () Uso de Capacete: S () N ()
Semi-Afogamento/Submersão () Soterramento ()
Intoxicação Exógena () Animais Peçonhentos () Agente Causador: _____
Exposição ao: Fogo/Fumaça/Choque Elétrico ()
Queimaduras: 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau ()
Quada: () Altura Aproximada _____ Metros () Queda da Própria Altura
Agressões: () Por Arma de Fogo/Tipo _____ () Arma Branca/Tipo: _____
Agressão Sexual () Maus Tratos () Outros () Citar: _____
Mecanismo do Trauma: () Impacto Frontal () Impacto Lateral () Impacto Traseiro () Ejeção () Capotamento

História Clínica Atual:

AVISGOTE DE HOTO WZ TUMA WJ WJOWW

Hipótese Diagnóstica:

QUXANW WJ WJOWW + FORTING RANW
DISTAN

AVALIAÇÃO CLÍNICA

Glicemia Capilar (HGT): _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ P.A.: _____ x
Vias Aéreas: FR _____ Dispneia S () N () Tiragem Intercostais S () N () Obstrução Vias Aéreas: S () N ()
Sibilos Expiratórios: S () N () BAN*: S () N () Deformidade do Tórax: S () N () Gemido/ Estridor: S () N ()
Distúrbio Fala/Choro: S () N ()
Agitação Psicomotora: S () N () Lesões de face: S () N () Retração Xifóide: S () N ()
Perfusão Periférica: Boa () Lentificada () Bulhas Cardíacas: Normofonéticas () Hipofonéticas ()
Pulso: Rítmico () Arritmico () Filiforme () Fino ()
Coloração da Pele: Normoçorada () Palidez () Cianose ()
Sudorese: S () N () Desidratado: S () N () Ictérico: S () N ()

FR: RN 35-50
< 1 ano 30-50
Crianças 20-30
Adulto 12-30

FC: RN 120-160
< 1 ano 90-140
Criança 80-110
Adulto 60-100



EXAME NEUROLÓGICO

Avaliação Primária: Alerta () Resposta Verbal () Resposta ao Estímulo Doloroso () Irresponsivo ()

Escala de Coma de Glasgow (ECG)

ABERTURA OCULAR

Abertura Ocular Espontânea 4
Abertura Ocular a Voz 3
Abertura Ocular a dor 2
Sem abertura ocular 1

RESPOSTA VERBAL

Orientado 5
Confuso 4
Resposta Inapropriada 3
Sons Incompreensíveis 2
Sem resposta Verbal 1

RESPOSTA MOTORA

Obedece ao comando 6
Localiza Estímulo Doloroso 5
Retirada ao Estímulo Doloroso 4
Descorticação 3
Descerebração 2
Sem resposta motora 1

TOTAL DE PONTOS ECG: _____

Sinais de disfunção cerebral: Déficit Motor () Desvio comissura labial ()
Dificuldade na fala ()

Avaliação Pupilar: Isocóricas () Anisocóricas () Midríase () Miose ()

Classificação TCE pela ECG
ECG 3-8: TCE Grave
ECG 9-13: TCE Moderado
ECG 14-15: TCE Leve

NATUREZA DA LESÃO

Presença de sangramento externo: S () N ()

Lesões Intra-Torácica: S () N () Fratura Pélvis: S () N ()

Lesões Infra-abdominais: S () N () Fratura em Osso Longo: Fechada () Aberta ()

USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Usou álcool: S () N () Informante: Vítima () Outros ()

Hálito Alcoólico () Alteração na Marcha () Sonolência/Agitação () Alteração no Humor ()

Usou outras drogas: S () N () Informante: Vítima () Outros ()

Loló () Maconha () Cola () Cocaína () Crack () Lança-perfume () Anfetaminas () Êxtase ()

CONDUTA CLÍNICA/EVOLUÇÃO

Imobilização da Coluna Cervical: S () N ()

Imobilização Tala Gessada: S () N ()

Antibióticoterapia: S () N () Especificar: _____

Oxigenioterapia: Cateter () Venturi () CPAP ()

Aspiração de Sangue e/ou secreções: S () N ()

Entubação Orotraqueal: S () N ()

Ventilação Mecânica: Modalidade _____

FIO2: _____

Reanimação Cardiopulmonar: S () N ()

RX: S () N () Analgesia: S () N ()

Infusão de Fluidos: S () N () Especificar: _____

Volume de Fluidos Infundido: _____

Outras Condutas: _____

Intercorrências: _____

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA

Tto. Lúmbio

CONCLUSÃO DO ATENDIMENTOHospital para onde foi encaminhado: HA

Médico Regulador: _____

Hora: 16:30

Transferência com acompanhamento Médico: S () N ()

17/10/14
Local e dataRodrigo Victor Lapa
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 20912
Médico Assistente

EVOLUÇÃO CLÍNICA

NOME: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA REG: 130467

CLÍNICA: _____

ENFERMAGEM: _____

LEITO: _____

DATA/HORA	
18/10/2019	# SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
	# ADMISSÃO
	PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA +- 12 HORAS COM TRAUMA EM COTOVELO + ANTEBRAÇO ESQUERDO COM DOR E EDEMA NO MESMO, CONSCIENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL
	MSE DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM PUNHO E COTOVELO ESQUERDO
	NEGA ALERGIAS E COMORBIDADES
	HD FX RADIO DISTAL ESQUERDO + LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO
	CD INTERNAMENTO + PRE OP + TAC DE PUNHO E COTOVELO
	STAFF DR IVAN
19/10/19	#507#
	HD: x - k s - a
	c v o l u i 3 m i l e s + a n k e l
	e u a n e l o s m n o t a s
	a l e r g i a s
	c d : a u t o r a d a u n a b e l
20/10/19	#507#
11h	h x a r m e t m o s
	p o u b e t e l e m a u t o x p s
	h o b g u l n e i s l e n t a a b i a n t m o
	M. S (E) = N U (E)
	c f a b u r a n a r k e r 6 l b

Dr. Ivan Lacerda
CRM-PB 9854
CRM-PB 23390

Dr. Ivan Lacerda
CRM-PB 9854
CRM-PB 23390

Dr. Marcelo Almeida
CRM-PB 1725





HOSPITAL
MIGUEL ARRÃES



EVOLUÇÃO CLÍNICA

Nome:

Registro:

Clínica:

Enfermaria:

Leito:

Data/Hora

M40

20/11/19 • 29/10/19: fx ext. distal do rádio
(imp.)
Lus RABE com placas + fios K.

Paciente evoluí

EF: F.O

co: Solicitação RX } fx quare (corre-
migos articular)
Lus Implants bem posicio-
nada.

Remover pontos
Retorno em 15d-

Dr. Pedro Thiago de Sousa Lima
Ortopedia
CRM-PE 23122



Atendimento: 500068

Dt Atendimento: 18/10/2019 - 13:50

Dt Alta: 30/10/2019 - 16:31

Paciente: 130467 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Serviço: 15 ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Convênio: 1 SUS - INTERNACAO

Leito: 70 ORTL-511-LEITO 002

Plano: 1 GERAL

Motivo Alta: 1 ALTA MELHORADA

Usuário: EVAIROD

CID:

Procedimento de Alta 0301060070 - DIAGNOSTICO E/OU ATENDIMENTO DE URGENCIA EM CLINICA CIRURGICA

Observação de Alta

EVAIR OLIVEIRA DIAS

Esta conta foi paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES
MV2000 - Sistema de Gerenciamento Ambulatorial
Relatório de Diagnóstico de Atendimento

Página: 1 / 1
Emitido por: ROSEANERSN
Em: 18/10/2019 13:28

DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento..... : 500000 Prontuário: 130467 SAME: 117089 Hora Atend: 08:21 Data Atend: 18/10/2019
Paciente..... : DANIEL MARDUQUEU DA SILVA Idade: 41 a
Endereço..... : RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA
Bairro..... : AGAMENON MAGALHAES
Cidade..... : IGARASSU UF.: PE CEP: 53640378
Convênio..... : SUS - EXTERNO / URGENCIA Plano...: PLANO UNICO
CID Principal..... : -
CID's Secundários. :
Resultado..... : ENCAMINHADO AO SETOR DE INTERNACAO
Data Saída..... : 18/10/2019 Hora Saída : 13:49

Prestador da Evolução Médica: PLANTONISTA ORTOPEDIA

DIAGNOSTICO
ENF. CARLA

PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





Protocolo de Encaminhamento

TIPO DE OCORRÊNCIA

Causa Externa: Acidente/Violência () Causa Clínica () Obstétrico () Psiquiátrico ()
Em caso de violência/acidente: Via Pública () Domicílio () Local de Trabalho ()

SENHA 54 95385

Nome do Paciente: DANIEL MATEUS DA SILVA Idade: 41

Sexo: M () F () Profissão: _____ Fone: _____

Endereço Residencial: _____ Bairro: _____

Cidade: _____

CAUSA EXTERNA (ACIDENTE/VIOLENCIA)

Acidente de Trânsito: Ônibus () Caminhão () Carro de Passeio () Motocicleta ()
Atropelamento: Pedestre () Ciclista ()
Automóvel (Colisão); Passageiro () Motorista () Banco de Trás () Banco da Frente () Uso de cinto: S () N ()
Motocicleta: Motociclista () Passageiro () Uso de Capacete: S () N ()
Semi-Afogamento/Submersão () Soterramento ()
Intoxicação Exógena () Animais Peçonhentos () Agente Causador: _____
Exposição ao: Fogo/Fumaça/Choque Elétrico ()
Queimaduras: 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau ()
Queda: () Altura Aproximada _____ Metros () Queda da Própria Altura
Agressões: () Por Arma de Fogo/Tipo _____ () Arma Branca/Tipo: _____
Agressão Sexual () Maus Tratos () Outros () Citar: _____
Mecanismo do Trauma: () Impacto Frontal () Impacto Lateral () Impacto Traseiro () Ejeção () Capotamento

História Clínica Atual: AVISO DE FOGO NO LOTEAMENTO

Hipótese Diagnóstica: QUEIMADURA DE 1º GRAU + QUEIMADURA DE 2º GRAU

AVALIAÇÃO CLÍNICA

Glicemia Capilar (HGT): _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ P.A.: _____
Vias Aéreas: FR _____ Dispneia S () N () Tiragem Intercostais S () N () Obstrução Vias Aéreas: S () N ()
Sibilos Expiratórios: S () N () BAN*: S () N () Deformidade do Tórax: S () N () Gemido/ Estridor: S () N ()
Distúrbio Fala/Choro: S () N ()
Agitação Psicomotora: S () N () Lesões de face: S () N () Retração Xifóide: S () N ()
Perfusão Periférica: Boa () Lentificada () Bulhas Cardíacas: Normofonéticas () Hipofonéticas ()
Pulso: Rítmico () Arritmico () Filiforme () Fino ()
Coloração da Pele: Normocorada () Palidez () Cianose ()
Sudorese: S () N () Desidratado: S () N () Ictérico: S () N ()

FR: RN 35-50
< 1 ano 30-50
Crianças 20-30
Adulto 12-30

FC: RN 120-160
< 1 ano 90-140
Criança 80-110
Adulto 60-100





FICHA DE INTERNAÇÃO

Rua Estrada da Fazendinha, S/N
Jaguaribe - Paulista - PE
CEP.: 53.400 - 000

Cód. Atendimento: 50006

Usuário: ROSEANERSN

DADOS DO PACIENTE

Paciente: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Idade: 41a 4m 30d Sexo: M Estado Civil: SOLTEIRO Data de Nascimento: 19/05/1978
Profissão: _____ Escolaridade: _____
R.G.: 5733053 C.P.F.: 04122574404 Telefone: _____ CEP 53640378
Endereço: RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA, 9 - AGAMENON MAGALHAES - IGARASSU - PE
Dados da Internação
Origem: URGENCIA/EMERGENCIA Data e Hora da Internação: 18/10/2019 13:50
Convênio: SUS - INTERNACAO Plano: GERAL
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACA Leito: VERD2-13
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: _____ R.G.: _____ C.P.F.: 04122574404
Endereço: _____ Número: _____
Telefone: _____ Cidade: _____ Estado civil: _____

DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 30/10/19 Hora da Alta: _____
Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão

Condições de Alta: Bons

Diagnóstico Principal.....: Lx do cotovelo + fx do rádio distal à (E)

Diagnóstico Secundário01.: _____

Diagnóstico Secundário02.: _____

Procedimento.....: 29/10/19: RAFI e placa por fx do rádio distal
18/10: Redução fechada do cotovelo

REVISAR
CCH-PRMA

Manoel Oliveira Ferreira
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PE 24589

Médico e CRM: _____

Edilana Francisca Alves

Responsável pela retirada do paciente

Assinatura e RG

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (Intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e laboratorial) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Em _____ de _____ de _____

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável



SINISTRO 3200011027 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GENTE
SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

CPF/CNPJ: 04122574404

Posição em 19-02-2020 11:08:02

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
20/02/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0013908-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

DESPACHO

Tendo em vista a declaração prestada, sob as penas da lei, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.

Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pela ré.

Dessa forma, entendo que é o caso de, na forma do art. 381, II, do Novo Código de Processo Civil, antecipar a produção dessa prova, com o fim de facilitar a autocomposição entre os litigantes, bem como, em face do grande número de processos que versam sobre a mesma matéria, possibilitar ao perito realizar o maior número de perícias possível, em atenção à economia e celeridade processuais.

Diante do exposto, determino a antecipação da confecção da prova de índole pericial, visando a comprovar a existência e o grau das lesões sofridas pela parte autora.

Nomeio enquanto perito do Juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16868, fixando seus honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme a convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC).

Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e, querendo, oferecer quesitos complementares, para além de indicar perito assistente.

Intime-se também a parte autora para tomar ciência da presente decisão e, de igual sorte, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente.

Após o decurso do prazo e a apresentação do comprovante de depósito judicial, proceda a secretaria o agendamento do exame pelo perito e intimação pessoal da promovente.

Intimem-se, também, através do Sistema PJE, a ré e os patronos das partes.

Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado.

Cumpra-se.



Recife, 20 de março de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro
Juíza de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO HABILITAÇÃO PERITO

Certifico, para os devidos fins de direito, que, nesta data, procedi à habilitação do(a)s perito(a)s PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO.

RECIFE, 1 de abril de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 59584344, conforme segue transcrito abaixo:

"Tendo em vista a declaração prestada, sob as penas da lei, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pela ré. Dessa forma, entendo que é o caso de, na forma do art. 381, II, do Novo Código de Processo Civil, antecipar a produção dessa prova, com o fim de facilitar a autocomposição entre os litigantes, bem como, em face do grande número de processos que versam sobre a mesma matéria, possibilitar ao perito realizar o maior número de perícias possível, em atenção à economia e celeridade processuais. Diante do exposto, determino a antecipação da confecção da prova de índole pericial, visando a comprovar a existência e o grau das lesões sofridas pela parte autora. Nomeio enquanto perito do Juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16868, fixando seus honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme a convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC). Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e, querendo, oferecer quesitos complementares, para além de indicar perito assistente. Intime-se também a parte autora para tomar ciência da presente decisão e, de igual sorte, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente. Após o decurso do prazo e a apresentação do comprovante de depósito judicial, proceda a secretaria o agendamento do exame pelo perito e intimação pessoal da promovente. Intimem-se, também, através do Sistema PJE, a ré e os patronos das partes. Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado. Cumpra-se. Recife, 20 de março de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito "

RECIFE, 1 de abril de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



CONTESTAÇÃO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO: 00139089220208172001

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresa seguradora com sede à Av. Marques de Olinda, 175 - Bairro do Recife - Recife - PE - CEP: 50030-000, inscrita no CNPJ sob o número 33.054.826/0001-92 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **17/10/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 03/12/2019.

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

PRELIMINARMENTE

DA TEMPESTIVIDADE

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015¹, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015².

DO MÉRITO

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC³.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

¹[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

²[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

³"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**" (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, após a regulação do sinistro.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

Conforme ilação dos documentos acostados pelo requerente, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **17/10/2019**. Ademais, **houve pagamento administrativo na razão de de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº



6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais⁴.

Por certo, a mencionada Lei 11.945/09 deverá ser aplicada ao caso concreto, em respeito ao princípio *tempus regit actum* (Art. 6º, §1º, LINDB).

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁵.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Dentro desse contexto, a Medida Provisória nº 451/2008 (posteriormente convertida na Lei 11.945/09), complementando a Lei 6.194/74, especificou em termos objetivos o percentual do valor máximo da indenização de acordo com os tipos de invalidez permanente.

Outrossim, conforme antedito, a referida inovação legal, no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, a fim de dirimir o cerne da questão, qual seja, o percentual indenizável, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pelo autor é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral ao Autor, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**.

⁴ RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

⁵ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁶.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁷.

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Súmula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;

⁶“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁷art. 1º. (...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de junho de 2020.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**, em curso perante a **22ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00139089220208172001.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



CELPE

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - PE, CEP 50050-902
CNPJ 10.835.832/0001-09 | Ins. Est. 0008943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
ROSSANA LIGIA DANTAS TAVARES

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
AV JOAQUIM NABUCCO 200 - A A

CPF: 884.647.684-00

TIMEÇO/ABREU E LIMA
ABREU E LIMA PE
53520-170

CLASSIFICAÇÃO
BT RESIDENCIAL
RESIDENCIAL

DATA DE VENCIMENTO	SERIE	FAZENDA
16/10/2019	UNICA	09/10/2019
PRESTACAO	DEBITO	DEBITO
09/10/2019	200265758	5355976

CONTA CONTRATO	MES/ANO
7006423854	10/2019
DATA DE VENCIMENTO	DATA DE VENCIMENTO
16/10/2019	09/11/2019
TOTAL A PAGAR (R\$)	620,28

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo (kWh)	316,003000	0,81089952	489,99
Acréscimo Bandeira AMARELA			3,71
Acréscimo Bandeira VERMELHA			20,44
Contrib. Ilum. Pública Municipal			77,10
ICMS Subvenção-COE-NF 072529587-07/08/19			3,19
Multa por atraso-NF 072529587-07/08/19			7,21
Juros por atraso-NF 072529587-07/08/19			3,24

TOTAL DA FATURA

620,28

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR	ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWh)
3122296970	CAT	06-03-2019 60.701,00	09-10-2019 81.317,00	33	1,00000		616,00
3132296970	CRT	06-08-2019 12.590,00	08-10-2019 12.781,00	33	1,00000		171,00

PERÍODO DE CONSUMO	INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO
OUT 19 618	BASE DE CÁLCULO	Consumo Ativo (kWh)
SET 19 448	ICMS 529,54 25,00	Transmissão R\$ 16,37 3,47%
AGO 19 448	PIS 529,54 1,20 6,83	Distribuição (Celpe) R\$ 111,58 21,07%
JUL 19 631	COFINS 529,54 5,35 31,50	Perdas de Energia R\$ 35,13 6,83%
JUN 19 636		Energia Setorial R\$ 26,23 4,95%
MAR 19 730		Tributos R\$ 170,71 32,24%
ABR 19 737		Total R\$ 620,28 100%
MAR 19 950		
FEV 19 893		
JAN 19 778		
DEZ 18 1019		
NOV 18 816		
OUT 18 833		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) é uma empresa de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 10.835.832/0001-09, com sede em Recife, PE. A CELPE é responsável pela distribuição de energia elétrica no Estado de Pernambuco. O cliente é informado que a fatura de energia elétrica é emitida com base nos dados fornecidos pelo medidor. O cliente deve verificar a leitura do medidor e, em caso de divergência, entrar em contato com a CELPE. O cliente também é informado que a CELPE não se responsabiliza por danos materiais ou morais decorrentes de interrupções no fornecimento de energia elétrica.

ATENÇÃO: CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO						
EMAT (Emissão de Arrecadação de Tributos e Dívidas Municipais) - USARÃO COTE						
Valor	Valor do	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
30009	000000	450,00	000000	000000	000000	000000
Este documento NÃO constitui uma declaração de imposto de renda. O valor informado refere-se ao valor do imposto de renda devido pelo contribuinte em 2010, conforme a tabela de progressão aritmética de 2010, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2011, conforme a tabela de progressão aritmética de 2011, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2012, conforme a tabela de progressão aritmética de 2012, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2013, conforme a tabela de progressão aritmética de 2013, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2014, conforme a tabela de progressão aritmética de 2014, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2015, conforme a tabela de progressão aritmética de 2015, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2016, conforme a tabela de progressão aritmética de 2016, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2017, conforme a tabela de progressão aritmética de 2017, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2018, conforme a tabela de progressão aritmética de 2018, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2019, conforme a tabela de progressão aritmética de 2019, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2020, conforme a tabela de progressão aritmética de 2020, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2021, conforme a tabela de progressão aritmética de 2021, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2022, conforme a tabela de progressão aritmética de 2022, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2023, conforme a tabela de progressão aritmética de 2023, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2024, conforme a tabela de progressão aritmética de 2024, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2025, conforme a tabela de progressão aritmética de 2025, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2026, conforme a tabela de progressão aritmética de 2026, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2027, conforme a tabela de progressão aritmética de 2027, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2028, conforme a tabela de progressão aritmética de 2028, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2029, conforme a tabela de progressão aritmética de 2029, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2030, conforme a tabela de progressão aritmética de 2030, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2031, conforme a tabela de progressão aritmética de 2031, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2032, conforme a tabela de progressão aritmética de 2032, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2033, conforme a tabela de progressão aritmética de 2033, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2034, conforme a tabela de progressão aritmética de 2034, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2035, conforme a tabela de progressão aritmética de 2035, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2036, conforme a tabela de progressão aritmética de 2036, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2037, conforme a tabela de progressão aritmética de 2037, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2038, conforme a tabela de progressão aritmética de 2038, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2039, conforme a tabela de progressão aritmética de 2039, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2040, conforme a tabela de progressão aritmética de 2040, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2041, conforme a tabela de progressão aritmética de 2041, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2042, conforme a tabela de progressão aritmética de 2042, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2043, conforme a tabela de progressão aritmética de 2043, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2044, conforme a tabela de progressão aritmética de 2044, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2045, conforme a tabela de progressão aritmética de 2045, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2046, conforme a tabela de progressão aritmética de 2046, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2047, conforme a tabela de progressão aritmética de 2047, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2048, conforme a tabela de progressão aritmética de 2048, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2049, conforme a tabela de progressão aritmética de 2049, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2050, conforme a tabela de progressão aritmética de 2050, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2051, conforme a tabela de progressão aritmética de 2051, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2052, conforme a tabela de progressão aritmética de 2052, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2053, conforme a tabela de progressão aritmética de 2053, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2054, conforme a tabela de progressão aritmética de 2054, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2055, conforme a tabela de progressão aritmética de 2055, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2056, conforme a tabela de progressão aritmética de 2056, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2057, conforme a tabela de progressão aritmética de 2057, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2058, conforme a tabela de progressão aritmética de 2058, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2059, conforme a tabela de progressão aritmética de 2059, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2060, conforme a tabela de progressão aritmética de 2060, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2061, conforme a tabela de progressão aritmética de 2061, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2062, conforme a tabela de progressão aritmética de 2062, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2063, conforme a tabela de progressão aritmética de 2063, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2064, conforme a tabela de progressão aritmética de 2064, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2065, conforme a tabela de progressão aritmética de 2065, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2066, conforme a tabela de progressão aritmética de 2066, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2067, conforme a tabela de progressão aritmética de 2067, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2068, conforme a tabela de progressão aritmética de 2068, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2069, conforme a tabela de progressão aritmética de 2069, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2070, conforme a tabela de progressão aritmética de 2070, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2071, conforme a tabela de progressão aritmética de 2071, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2072, conforme a tabela de progressão aritmética de 2072, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2073, conforme a tabela de progressão aritmética de 2073, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2074, conforme a tabela de progressão aritmética de 2074, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2075, conforme a tabela de progressão aritmética de 2075, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2076, conforme a tabela de progressão aritmética de 2076, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2077, conforme a tabela de progressão aritmética de 2077, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2078, conforme a tabela de progressão aritmética de 2078, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2079, conforme a tabela de progressão aritmética de 2079, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2080, conforme a tabela de progressão aritmética de 2080, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2081, conforme a tabela de progressão aritmética de 2081, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2082, conforme a tabela de progressão aritmética de 2082, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2083, conforme a tabela de progressão aritmética de 2083, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2084, conforme a tabela de progressão aritmética de 2084, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2085, conforme a tabela de progressão aritmética de 2085, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2086, conforme a tabela de progressão aritmética de 2086, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2087, conforme a tabela de progressão aritmética de 2087, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2088, conforme a tabela de progressão aritmética de 2088, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2089, conforme a tabela de progressão aritmética de 2089, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2090, conforme a tabela de progressão aritmética de 2090, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2091, conforme a tabela de progressão aritmética de 2091, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2092, conforme a tabela de progressão aritmética de 2092, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2093, conforme a tabela de progressão aritmética de 2093, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2094, conforme a tabela de progressão aritmética de 2094, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2095, conforme a tabela de progressão aritmética de 2095, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2096, conforme a tabela de progressão aritmética de 2096, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2097, conforme a tabela de progressão aritmética de 2097, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2098, conforme a tabela de progressão aritmética de 2098, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2099, conforme a tabela de progressão aritmética de 2099, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2100, conforme a tabela de progressão aritmética de 2100, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2101, conforme a tabela de progressão aritmética de 2101, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2102, conforme a tabela de progressão aritmética de 2102, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2103, conforme a tabela de progressão aritmética de 2103, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2104, conforme a tabela de progressão aritmética de 2104, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2105, conforme a tabela de progressão aritmética de 2105, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2106, conforme a tabela de progressão aritmética de 2106, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2107, conforme a tabela de progressão aritmética de 2107, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2108, conforme a tabela de progressão aritmética de 2108, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2109, conforme a tabela de progressão aritmética de 2109, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2110, conforme a tabela de progressão aritmética de 2110, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2111, conforme a tabela de progressão aritmética de 2111, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2112, conforme a tabela de progressão aritmética de 2112, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2113, conforme a tabela de progressão aritmética de 2113, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2114, conforme a tabela de progressão aritmética de 2114, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2115, conforme a tabela de progressão aritmética de 2115, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2116, conforme a tabela de progressão aritmética de 2116, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2117, conforme a tabela de progressão aritmética de 2117, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2118, conforme a tabela de progressão aritmética de 2118, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2119, conforme a tabela de progressão aritmética de 2119, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2120, conforme a tabela de progressão aritmética de 2120, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2121, conforme a tabela de progressão aritmética de 2121, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2122, conforme a tabela de progressão aritmética de 2122, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2123, conforme a tabela de progressão aritmética de 2123, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2124, conforme a tabela de progressão aritmética de 2124, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2125, conforme a tabela de progressão aritmética de 2125, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2126, conforme a tabela de progressão aritmética de 2126, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2127, conforme a tabela de progressão aritmética de 2127, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2128, conforme a tabela de progressão aritmética de 2128, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2129, conforme a tabela de progressão aritmética de 2129, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2130, conforme a tabela de progressão aritmética de 2130, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2131, conforme a tabela de progressão aritmética de 2131, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2132, conforme a tabela de progressão aritmética de 2132, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2133, conforme a tabela de progressão aritmética de 2133, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2134, conforme a tabela de progressão aritmética de 2134, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2135, conforme a tabela de progressão aritmética de 2135, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2136, conforme a tabela de progressão aritmética de 2136, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2137, conforme a tabela de progressão aritmética de 2137, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2138, conforme a tabela de progressão aritmética de 2138, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2139, conforme a tabela de progressão aritmética de 2139, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2140, conforme a tabela de progressão aritmética de 2140, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2141, conforme a tabela de progressão aritmética de 2141, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2142, conforme a tabela de progressão aritmética de 2142, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2143, conforme a tabela de progressão aritmética de 2143, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2144, conforme a tabela de progressão aritmética de 2144, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2145, conforme a tabela de progressão aritmética de 2145, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2146, conforme a tabela de progressão aritmética de 2146, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2147, conforme a tabela de progressão aritmética de 2147, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2148, conforme a tabela de progressão aritmética de 2148, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2149, conforme a tabela de progressão aritmética de 2149, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2150, conforme a tabela de progressão aritmética de 2150, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2151, conforme a tabela de progressão aritmética de 2151, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2152, conforme a tabela de progressão aritmética de 2152, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2153, conforme a tabela de progressão aritmética de 2153, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2154, conforme a tabela de progressão aritmética de 2154, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2155, conforme a tabela de progressão aritmética de 2155, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2156, conforme a tabela de progressão aritmética de 2156, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2157, conforme a tabela de progressão aritmética de 2157, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2158, conforme a tabela de progressão aritmética de 2158, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2159, conforme a tabela de progressão aritmética de 2159, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2160, conforme a tabela de progressão aritmética de 2160, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2161, conforme a tabela de progressão aritmética de 2161, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2162, conforme a tabela de progressão aritmética de 2162, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2163, conforme a tabela de progressão aritmética de 2163, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2164, conforme a tabela de progressão aritmética de 2164, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2165, conforme a tabela de progressão aritmética de 2165, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2166, conforme a tabela de progressão aritmética de 2166, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2167, conforme a tabela de progressão aritmética de 2167, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2168, conforme a tabela de progressão aritmética de 2168, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2169, conforme a tabela de progressão aritmética de 2169, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2170, conforme a tabela de progressão aritmética de 2170, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2171, conforme a tabela de progressão aritmética de 2171, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2172, conforme a tabela de progressão aritmética de 2172, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2173, conforme a tabela de progressão aritmética de 2173, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2174, conforme a tabela de progressão aritmética de 2174, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2175, conforme a tabela de progressão aritmética de 2175, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2176, conforme a tabela de progressão aritmética de 2176, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2177, conforme a tabela de progressão aritmética de 2177, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2178, conforme a tabela de progressão aritmética de 2178, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2179, conforme a tabela de progressão aritmética de 2179, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2180, conforme a tabela de progressão aritmética de 2180, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2181, conforme a tabela de progressão aritmética de 2181, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2182, conforme a tabela de progressão aritmética de 2182, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2183, conforme a tabela de progressão aritmética de 2183, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2184, conforme a tabela de progressão aritmética de 2184, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2185, conforme a tabela de progressão aritmética de 2185, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2186, conforme a tabela de progressão aritmética de 2186, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2187, conforme a tabela de progressão aritmética de 2187, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2188, conforme a tabela de progressão aritmética de 2188, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2189, conforme a tabela de progressão aritmética de 2189, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2190, conforme a tabela de progressão aritmética de 2190, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2191, conforme a tabela de progressão aritmética de 2191, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2192, conforme a tabela de progressão aritmética de 2192, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2193, conforme a tabela de progressão aritmética de 2193, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2194, conforme a tabela de progressão aritmética de 2194, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2195, conforme a tabela de progressão aritmética de 2195, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2196, conforme a tabela de progressão aritmética de 2196, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2197, conforme a tabela de progressão aritmética de 2197, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2198, conforme a tabela de progressão aritmética de 2198, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2199, conforme a tabela de progressão aritmética de 2199, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2200, conforme a tabela de progressão aritmética de 2200, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2201, conforme a tabela de progressão aritmética de 2201, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2202, conforme a tabela de progressão aritmética de 2202, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2203, conforme a tabela de progressão aritmética de 2203, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2204, conforme a tabela de progressão aritmética de 2204, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2205, conforme a tabela de progressão aritmética de 2205, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2206, conforme a tabela de progressão aritmética de 2206, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2207, conforme a tabela de progressão aritmética de 2207, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2208, conforme a tabela de progressão aritmética de 2208, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2209, conforme a tabela de progressão aritmética de 2209, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2210, conforme a tabela de progressão aritmética de 2210, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2211, conforme a tabela de progressão aritmética de 2211, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2212, conforme a tabela de progressão aritmética de 2212, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2213, conforme a tabela de progressão aritmética de 2213, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2214, conforme a tabela de progressão aritmética de 2214, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2215, conforme a tabela de progressão aritmética de 2215, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2216, conforme a tabela de progressão aritmética de 2216, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2217, conforme a tabela de progressão aritmética de 2217, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2218, conforme a tabela de progressão aritmética de 2218, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2219, conforme a tabela de progressão aritmética de 2219, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2220, conforme a tabela de progressão aritmética de 2220, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2221, conforme a tabela de progressão aritmética de 2221, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2222, conforme a tabela de progressão aritmética de 2222, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2223, conforme a tabela de progressão aritmética de 2223, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2224, conforme a tabela de progressão aritmética de 2224, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2225, conforme a tabela de progressão aritmética de 2225, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2226, conforme a tabela de progressão aritmética de 2226, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2227, conforme a tabela de progressão aritmética de 2227, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2228, conforme a tabela de progressão aritmética de 2228, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2229, conforme a tabela de progressão aritmética de 2229, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2230, conforme a tabela de progressão aritmética de 2230, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2231, conforme a tabela de progressão aritmética de 2231, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2232, conforme a tabela de progressão aritmética de 2232, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2233, conforme a tabela de progressão aritmética de 2233, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2234, conforme a tabela de progressão aritmética de 2234, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2235, conforme a tabela de progressão aritmética de 2235, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2236, conforme a tabela de progressão aritmética de 2236, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2237, conforme a tabela de progressão aritmética de 2237, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2238, conforme a tabela de progressão aritmética de 2238, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2239, conforme a tabela de progressão aritmética de 2239, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2240, conforme a tabela de progressão aritmética de 2240, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2241, conforme a tabela de progressão aritmética de 2241, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2242, conforme a tabela de progressão aritmética de 2242, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2243, conforme a tabela de progressão aritmética de 2243, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2244, conforme a tabela de progressão aritmética de 2244, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2245, conforme a tabela de progressão aritmética de 2245, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2246, conforme a tabela de progressão aritmética de 2246, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2247, conforme a tabela de progressão aritmética de 2247, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2248, conforme a tabela de progressão aritmética de 2248, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2249, conforme a tabela de progressão aritmética de 2249, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2250, conforme a tabela de progressão aritmética de 2250, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2251, conforme a tabela de progressão aritmética de 2251, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2252, conforme a tabela de progressão aritmética de 2252, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2253, conforme a tabela de progressão aritmética de 2253, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2254, conforme a tabela de progressão aritmética de 2254, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2255, conforme a tabela de progressão aritmética de 2255, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2256, conforme a tabela de progressão aritmética de 2256, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2257, conforme a tabela de progressão aritmética de 2257, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2258, conforme a tabela de progressão aritmética de 2258, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2259, conforme a tabela de progressão aritmética de 2259, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2260, conforme a tabela de progressão aritmética de 2260, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2261, conforme a tabela de progressão aritmética de 2261, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2262, conforme a tabela de progressão aritmética de 2262, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2263, conforme a tabela de progressão aritmética de 2263, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2264, conforme a tabela de progressão aritmética de 2264, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2265, conforme a tabela de progressão aritmética de 2265, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2266, conforme a tabela de progressão aritmética de 2266, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2267, conforme a tabela de progressão aritmética de 2267, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2268, conforme a tabela de progressão aritmética de 2268, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2269, conforme a tabela de progressão aritmética de 2269, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2270, conforme a tabela de progressão aritmética de 2270, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2271, conforme a tabela de progressão aritmética de 2271, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2272, conforme a tabela de progressão aritmética de 2272, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2273, conforme a tabela de progressão aritmética de 2273, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2274, conforme a tabela de progressão aritmética de 2274, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2275, conforme a tabela de progressão aritmética de 2275, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2276, conforme a tabela de progressão aritmética de 2276, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2277, conforme a tabela de progressão aritmética de 2277, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2278, conforme a tabela de progressão aritmética de 2278, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2279, conforme a tabela de progressão aritmética de 2279, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2280, conforme a tabela de progressão aritmética de 2280, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2281, conforme a tabela de progressão aritmética de 2281, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2282, conforme a tabela de progressão aritmética de 2282, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2283, conforme a tabela de progressão aritmética de 2283, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2284, conforme a tabela de progressão aritmética de 2284, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2285, conforme a tabela de progressão aritmética de 2285, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2286, conforme a tabela de progressão aritmética de 2286, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2287, conforme a tabela de progressão aritmética de 2287, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2288, conforme a tabela de progressão aritmética de 2288, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2289, conforme a tabela de progressão aritmética de 2289, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2290, conforme a tabela de progressão aritmética de 2290, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2291, conforme a tabela de progressão aritmética de 2291, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2292, conforme a tabela de progressão aritmética de 2292, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2293, conforme a tabela de progressão aritmética de 2293, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2294, conforme a tabela de progressão aritmética de 2294, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2295, conforme a tabela de progressão aritmética de 2295, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2296, conforme a tabela de progressão aritmética de 2296, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2297, conforme a tabela de progressão aritmética de 2297, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2298, conforme a tabela de progressão aritmética de 2298, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2299, conforme a tabela de progressão aritmética de 2299, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2300, conforme a tabela de progressão aritmética de 2300, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2301, conforme a tabela de progressão aritmética de 2301, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2302, conforme a tabela de progressão aritmética de 2302, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2303, conforme a tabela de progressão aritmética de 2303, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2304, conforme a tabela de progressão aritmética de 2304, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2305, conforme a tabela de progressão aritmética de 2305, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2306, conforme a tabela de progressão aritmética de 2306, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2307, conforme a tabela de progressão aritmética de 2307, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2308, conforme a tabela de progressão aritmética de 2308, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2309, conforme a tabela de progressão aritmética de 2309, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2310, conforme a tabela de progressão aritmética de 2310, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2311, conforme a tabela de progressão aritmética de 2311, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2312, conforme a tabela de progressão aritmética de 2312, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2313, conforme a tabela de progressão aritmética de 2313, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2314, conforme a tabela de progressão aritmética de 2314, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2315, conforme a tabela de progressão aritmética de 2315, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2316, conforme a tabela de progressão aritmética de 2316, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2317, conforme a tabela de progressão aritmética de 2317, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2318, conforme a tabela de progressão aritmética de 2318, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2319, conforme a tabela de progressão aritmética de 2319, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2320, conforme a tabela de progressão aritmética de 2320, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2321, conforme a tabela de progressão aritmética de 2321, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2322, conforme a tabela de progressão aritmética de 2322, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2323, conforme a tabela de progressão aritmética de 2323, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2324, conforme a tabela de progressão aritmética de 2324, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2325, conforme a tabela de progressão aritmética de 2325, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2326, conforme a tabela de progressão aritmética de 2326, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2327, conforme a tabela de progressão aritmética de 2327, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2328, conforme a tabela de progressão aritmética de 2328, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2329, conforme a tabela de progressão aritmética de 2329, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2330, conforme a tabela de progressão aritmética de 2330, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2331, conforme a tabela de progressão aritmética de 2331, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2332, conforme a tabela de progressão aritmética de 2332, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2333, conforme a tabela de progressão aritmética de 2333, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2334, conforme a tabela de progressão aritmética de 2334, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2335, conforme a tabela de progressão aritmética de 2335, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2336, conforme a tabela de progressão aritmética de 2336, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2337, conforme a tabela de progressão aritmética de 2337, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2338, conforme a tabela de progressão aritmética de 2338, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2339, conforme a tabela de progressão aritmética de 2339, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2340, conforme a tabela de progressão aritmética de 2340, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2341, conforme a tabela de progressão aritmética de 2341, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2342, conforme a tabela de progressão aritmética de 2342, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2343, conforme a tabela de progressão aritmética de 2343, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2344, conforme a tabela de progressão aritmética de 2344, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2345, conforme a tabela de progressão aritmética de 2345, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2346, conforme a tabela de progressão aritmética de 2346, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2347, conforme a tabela de progressão aritmética de 2347, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2348, conforme a tabela de progressão aritmética de 2348, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2349, conforme a tabela de progressão aritmética de 2349, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2350, conforme a tabela de progressão aritmética de 2350, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2351, conforme a tabela de progressão aritmética de 2351, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2352, conforme a tabela de progressão aritmética de 2352, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2353, conforme a tabela de progressão aritmética de 2353, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2354, conforme a tabela de progressão aritmética de 2354, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2355, conforme a tabela de progressão aritmética de 2355, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2356, conforme a tabela de progressão aritmética de 2356, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2357, conforme a tabela de progressão aritmética de 2357, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2358, conforme a tabela de progressão aritmética de 2358, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2359, conforme a tabela de progressão aritmética de 2359, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2360, conforme a tabela de progressão aritmética de 2360, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2361, conforme a tabela de progressão aritmética de 2361, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2362, conforme a tabela de progressão aritmética de 2362, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2363, conforme a tabela de progressão aritmética de 2363, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2364, conforme a tabela de progressão aritmética de 2364, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2365, conforme a tabela de progressão aritmética de 2365, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2366, conforme a tabela de progressão aritmética de 2366, e não o valor do imposto devido pelo contribuinte em 2367, conforme a tabela de progressão aritmética de						

DIAGRAMA DE FREQUÊNCIA DAS INTERFERÊNCIAS					LIMITE DE VARIAÇÃO			
DNC	CONJUNTO DE REBOUCAS	VALOR OBSERVADO	LIMITE MINIMAL	LIMITE TRIENITAL	LIMITE ANUAL	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)		
						NÚMERO	MÍNIMO	MÁXIMO
DNC		4,84	5,18	10,38	20,77	220	202	231
FND		3,00	3,30	6,60	13,20	380	350	398
DMIC		2,97	2,94	0,00	0,00			

Limite DNC= 12,22 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 118,80

CONTA CONTRATO	MES/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
7006423854	10/2019	16/10/2019	620,28
83800000006-8 20280011007-1 00642385410-0 14234007293-0			

NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
AV. JOÃO DE BARROS, 111, BOA VISTA,
RECIFE, PERNAMBUCO
CEP 50060-902
CNPJ 10.836.932/0001-08
INSCRIÇÃO ESTADUAL 0006943-93



CELPE
www.celpe.com.br

Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de
COMERCIAL 116 | PRONTI
Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 :
Ouvidoria 0800 :
Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de
de Pernambuco-ARPE: 0800-727-0167-Ligação Gratuita de Telefon
Agência Nacional de Energia Elétrica
167-Ligação Gratuita de telefones fixos

DADOS DO CLIENTE

JOSE PAULO DA SILVA
MID544P01
CPF: 389.727.354-34

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA JOSE FRANCISCO DE PAULA 9 CS-
RESIDENCIAL RESERVA DA PITANGA QD-G
AGAMENON MAGALHAES/IGARASSU
53800-000 IGARASSU PE

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

DATA DE VENCIMENTO

01/11/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)

130,60

DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

18/10/2019

DATA DA APRESENTAÇÃO

25/10/2019

NÚMERO DA NOTA FISCAL

081732365

CONTA CONTRATO

007017838150

Nº DO CLIENTE

2013667501

Nº DA INSTALAÇÃO

000606637

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA ASSIST SOCIAL CONTINUADA - BPC Monofásico

RESERVADO AO FISCO

C39F.08A3.7F03.FC2B.0F7A.B2CC.F31D.05DB

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)	EM ATÉ 16 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE
Consumo Ativo até 30 kWh	30,00	0,27049070	8,11	Vencido 02/10/19 Dt Reav 28/10/19 Valor 113,67
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,46369834	32,45	
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	87,69	0,69554752	60,99	
Acréscimo Bandeira AMARELA			1,66	
Acréscimo Bandeira VERMELHA			3,23	
Contrib. Ilum. Pública Municipal			20,54	
ICMS Subvenção-CDE-NF 074049127-19/08/19			0,77	
ICMS Subvenção Baixa Renda			0,05	
Multa por atraso-NF 074049127 - 19/08/19			1,77	
Juros por atraso-NF 074049127 - 19/08/19			1,03	
TOTAL DA FATURA			130,60	

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS		
ICMS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
106,44	25,00	26,61
PIS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
106,44	1,29	1,37
COFINS		
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
106,44	5,95	6,33

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
RS	%
Geração de Energia	35,07
Transmissão	3,87
Distribuição (Celpe)	23,49
Encargos Setoriais	2,30
Tributos	34,31
Perdas de Energia	7,40
TOTAL	106,44

HISTÓRICO DO CONSUMO	
OUT 19	IN
OUT 19	OUT 19
SET 19	SET 19
AGO 19	AGO 19
JUL 19	JUL 19
JUN 19	JUN 19
MAI 19	MAI 19
ABR 19	ABR 19
MAR 19	MAR 19
FEV 19	FEV 19
JAN 19	JAN 19
DEZ 18	DEZ 18
NOV 18	NOV 18
OUT 18	OUT 18

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
000000003151887120	CAT	17/09/2019	4.110,00	18/10/2019	4.298,00	31	1,00000	0,00	188,00

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 19/11/2019

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.
DIC-No.de horas sem Energia	IGARASSU	0,00	10,68	21,17
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	7,59	15,19
DMIC-Duração máxima de Interrupção contínua		0,00	5,68	0,00
DICRI-Duração de Interrupção em dia crítico				Limite DICRI: 16,60
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 36,83				
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer				

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você! ana karolline porfirio ribeiro: r onze cahab i / antonio alexandre de barros co: r agamenon magalhães n° 02 centroLista completa em www.celpe.com.br." Na data da leitura a bandeira em vigor é a Amarela. Mais informações em www.aneel.gov.br. Cobrança ICMS sobre subvenção CDE, conforme Decreto Estadual 39.459/13. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. Pagto. em atraso gera multa 2%(Res414/ANEEL). Juros 1%.m(Lei 10.438/02) e atualização monetária no próx. mês Desconto pela aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica criada pela Lei Nº 10.438 de 26/04/02 - R\$ 52,75 . O Cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.

NÍVEIS DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIA	
	MÍNIMO	MÁXIMO
220	202	
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA		



UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 17/10/2019 14:29

	Nome Paciente:	DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
	Cód. Paciente:	
	Data de Nascimento:	19/05/1978
	Sexo:	Masculino
	Idade:	41 anos
	Senha:	0108
	Convênio:	-
Atendimento:	SAME:	

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:47

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - RECLASSIFICAÇÃO

Prioridade:	EMERGENCIA - VERMELHO
Cor:	VERMELHO
Queixa Principal:	DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN
Observação:	ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA HAS- DM-
Fluxograma sintoma:	TRAUMA
Discriminador(es):	- DOR INTENSA (8-10/10)
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:42

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:	URGENCIA - AMARELO
Cor:	AMARELO
Queixa Principal:	DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN
Observação:	ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA HAS- DM-
Fluxograma sintoma:	TRAUMA
Discriminador(es):	- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
Sinais Vitais Lidos:	- RÉGUA DE DOR: 7

Acolhido(a) por: MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 17/10/2019 14:47



Atendimento: 1143606

Data e Hora: 17/10/2019 14:57

Senha de Classificação:

0108

Paciente: 354327 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Cor: Parda

Escolaridade:

Data do Nascimento: 19/05/1978

Idade: 41 anos

Convenio: 2

SUS - PRONTO ATENDIMENTO

Nome da Mãe: MARIA CLARICE DE SOUZA

Nome do Pai:

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA

CRM: 1234567

Endereço: RUA JOSE FRANCISCO DE PA

9

Bairro: CENTRO

Cidade/UF: IGARASSU

PE

Cep: 53610970

Usuário Atendimento: MARIAJLS

RG (Identidade): 5733053

SDS PE

Data de Emissão: 23/02/2010

CNS:

CPF (Cadastro de Pessoa Física): 04122574404

Fone: 73189502

CRN(Certidão de Registro de Nasc):

Data de Emissão CRN:

PESO: ALTURA: TEMPERATURA: °C FC: bpm FR: rpm PA: mmHg
DATA: HORA: 15:30V

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL

queixa de dor no punho direito
após trauma de subluxação distal

EXAME FÍSICO:

Exame físico normal, punho direito
com dor à palpação no punho
e na base da 5ª metacarpiana

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S):

Lesão do punho
Fratura do punho

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

Rodrigo Victor Lependa
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 20912

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

HORÁRIO

1) Suplementar 12	
2) Punho direito	
3) 10ml Soro fisiológico	
4) Transfusão para outro punho	

Médico / Cremepe:

ENCAMINHADO:

() Ambulatório

() Sala Verde

(X) Sala Amarela

() Sala Vermelha

Médico / Cremepe:



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha (s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 041.225.744-04 4 - Nome completo da vítima: DANIEL MAROUQUEU DA SILVA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: DANIEL MAROUQUEU DA SILVA 6 - CPF: 041.225.744-04
7 - Profissão: ENFERMEIRO 8 - Endereço: RESIDENCIAL RESERVA NA PIRANGA 9 - Número: 09 10 - Complemento: QUADRA-G
11 - Bairro: AGAMENON MAGALHÃES 12 - Cidade: IGARASSU 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53600-000
15 - E-mail: balbrinape@hotmail.com (31) 999441109 16 - Tel. (DDD): (81) 3538-0063

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA: (Informar o dígito se existir) CONTA: (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: 02080 CONTA: 352241 (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 39, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (mã Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairnascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido
36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido
37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha
39 - 2ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Abreu e Lima/PE 09/12/2019

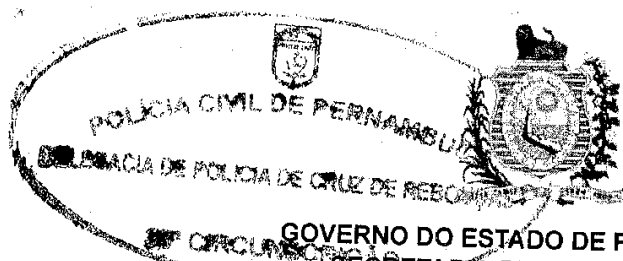
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019





571175
0010032/20

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 033ª CIRCUNSCRIÇÃO - CRUZ DE REBOUÇAS - DP33ªCIRC
DIM/8ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **19E0123002063**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **03/12/2019** às **14:58**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado) que aconteceu no dia **17/10/2019** às **01:30**

Fato ocorrido no endereço: **ESTRADA DO MONJOPE, 01** - Bairro: **CRUZ DE REBOUCAS** -
IGARASSU/PERNAMBUCO/BRASIL - Ponto de Referência: **COMPESA**
Local do Fato: **NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

O ESTADO (AUTOR \ AGENTE)
MACIELL VICENTE FERREIRA (OUTRO)
DANIEL MARDUQUEL DA SILVA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DANIEL MARDUQUEL DA SILVA
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): O ESTADO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

DANIEL MARDUQUEL DA SILVA (presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **MARIA CLARICE DE SOUZA**
Pai: **MARDUQUEU CAETANO DA SILVA** Data de Nascimento: **19/5/1978** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Endereço Residencial: **BAIRRO DE CENTRO (BAIRRO), 01, RUA RESIDENCIAL RESERVA DA PITANGA - CEP: 55000-000 - Bairro: CENTRO - IGARASSU/PERNAMBUCO/BRASIL, MERCADO JUAZEIRO**

O ESTADO (não presente ao plantão) - Sexo: **Desconhecido** Mãe: **DESC** Pai: **DESC** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

MACIELL VICENTE FERREIRA (não presente ao plantão) - Sexo: **Masculino** Mãe: **DESC** Pai: **DESC** Naturalidade: **NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL**

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

UMA MOTOCICLETA (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **MACIELL VICENTE FERREIRA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DANIEL MARDUQUEL DA SILVA**



Categoria/Marca/Modelo: **MOTOCICLETA/HONDA/CG 150 TITAN MIX EX** Objeto apreendido: **Não**
Cor: **PRETA** - Quantidade: **(UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Placa: **PEP3660** (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)
Ano Fabricação/Modelo: **2011/2011** Combustível: **ALCO/GASOL**

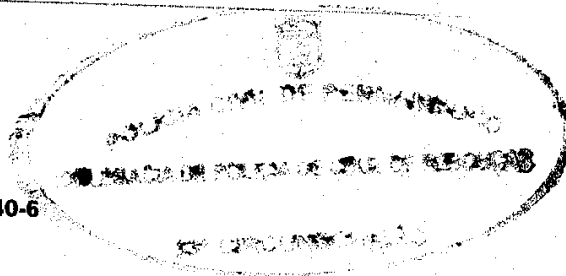
Complemento / Observação

A VITIMA INFORMOU QUE TRAFEGAVA PELA ESTRADA DE MONJOPE QUANDO LIVROU UM BURACO QUE EXISTIA NA VIA E CAIU INDO DE ENCONTRO AO SOLO COOM A QUEDA O MESMO TEVE FRATURA NO ANTEBRAÇO ESQUERDO E NO RADIO O MESMO FOI SOCORRIDO POR POPULARES PARA UPA DE IGARASSU E NO OUTRO DIA PARA O HOSPITAL MIGUEL ARRAES ONDE FOI SIRURGIADO.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Daniel Marduel da Silva
DANIEL MARDUQUEL DA SILVA
(VITIMA)

B.O. registrado por: *Enes Francisco da Silva*
ENES FRANCISCO DA SILVA - MAT. 151740-6



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 041.225.744-04 4 - Nome completo da vítima: DANIEL MAROUQUEU DA SILVA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: DANIEL MAROUQUEU DA SILVA 6 - CPF: 041.225.744-04
7 - Profissão: ENFERMEIRO 8 - Endereço: RESIDENCIAL RESERVA NA PIRANGA 9 - Número: 09 10 - Complemento: QUADRA-G
11 - Bairro: AGAMENON MAGALHÃES 12 - Cidade: IGARASSU 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53600-000
15 - E-mail: balbrinape@hotmail.com (31) 999441109 16 - Tel. (DDD): (81) 3538-0063

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: BRADESCO

AGÊNCIA: (Informar o dígito se existir) CONTA: (Informar o dígito se existir)

AGÊNCIA: 02080 CONTA: 352241 (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 39, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (mã Civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro (vairnascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido
36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido
37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha
39 - 2ª Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data, Abreu e Lima/PE 09/12/2019

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

00100321/20

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: **3200011027** 3 - CPF da vítima: **041.225.744-04** 4 - Nome completo da vítima: **DANIEL MARDOQUEU DA SILVA**

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: **DANIEL MARDOQUEU DA SILVA** 6 - CPF: **041.225.744-04**
7 - Profissão: **ENCANADOR** 8 - Endereço: **RUA JOSE FRANCISCO DE PAULA** 9 - Número: **09** 10 - Complemento: **QUADRA - G**
11 - Bairro: **AGAMENON KAGALHAES** 12 - Cidade: **IGARASSU** 13 - Estado: **PE** 14 - CEP: **53.600-000**
15 - E-mail: **balbimospa@hotmail.com** 16 - Tel. (DDD): **(81) 3538-0068**

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: _____ 18 - CPF do Representante Legal: _____ 19 - Profissão do Representante Legal: _____

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☐ RECUSO INFORMAR ☒ R\$1.00 A R\$1.000,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO E INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

☒ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) ☐ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: **2080** CONTA: **0035224** 1 AGÊNCIA: _____ CONTA: _____

(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro sob as penas da lei que estou impossibilitado de apresentar laudo do Instituto Médico Legal (IML) para fins de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinale uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no civil) ☐ Divorçado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Dado de vida da vítima: ☐ Vivos ☐ Falecidos

25 - Grau de Parentesco com a vítima: _____ 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar Vivos: _____ Falecidos: _____ 30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar Vivos: _____ Falecidos: _____ 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome: _____ CPF: _____

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: _____ CPF: _____

Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: **Abreu e Lima/PE 20/01/2020**

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante): **Daniel Mardoqueu da Silva**

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200011027

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do Acidente: 17/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Assunto: INTERRUPÇÃO DO PRAZO DE ANÁLISE

Senhor(a), DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Comunicamos que o prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido do Seguro DPVAT foi interrompido para apuração de dados e informações adicionais e sua contagem será reiniciada imediatamente após a conclusão das verificações para esclarecimentos dos fatos.

Por favor, aguarde contato e continue acompanhando o seu pedido de indenização através dos canais oficiais da Seguradora Líder-DPVAT.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01851/01852 - carta_02 - INVALIDEZ

00040926



Carta nº 15423624





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Fevereiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200011027

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do Acidente: 17/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.362,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

Recebedor: **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**

Valor: **R\$ 2.362,50**

Banco: **237**

Agência: **000002080-P**

Conta: **000000035224-1**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200011027

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do Acidente: 17/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento	Apresentar o formulário Pedido do Seguro DPVAT, disponível em nosso site, com preenchimento completo/correto, sem abreviações e/ou rasuras, de todos os campos dos Dados Cadastrais, pois o entregue está incompleto.
---------------------------------	---

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01969/01970 - carta_03 - INVALIDEZ

00050985



Carta nº 15344245





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 10 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200011027

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do Acidente: 17/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 15343737

Pag. 01341/01342 - carta_01 - INVALIDEZ

00020671



BRADESCO

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 237 AGÊNCIA: 2373-6 CONTA: 000000429200-6

DATA DA TRANSFERENCIA: 20/02/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.362,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

BANCO: 237

AGÊNCIA: 02080-P

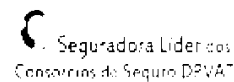
CONTA: 000000035224-1

Nr. Autenticação

BRADESCO2002202005000000000023702080000000035224236250 PAGO



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0010032/20

Número do Sinistro: 3200011027

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

CPF: 041.225.744-04

Seguradora: INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

Data do acidente: 17/10/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA : 041.225.744-04

Autorização de pagamento

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 21/01/2020
Nome: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
CPF: 884.647.684-00

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

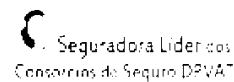
Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 21/01/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

JULIANA BEZERRA DE LUNA



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0010032/20

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

CPF: 041.225.744-04

Seguradora: INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

Data do acidente: 17/10/2019

Titular do CPF: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS : 884.647.684-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA : 041.225.744-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 08/01/2020
Nome: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
CPF: 884.647.684-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 08/01/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

JULIANA BEZERRA DE LUNA



PROCURAÇÃO PARTICULAR

BENEFICIÁRIO/VÍTIMA:

Nome: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Nacionalidade: BRASILEIRO Estado Civil: SOLTEIRO Profissão: ENCANADOR
Identidade: 5.733.053 SDS/PE CPF: 041.225.744-04
Endereço: RESERVA RESERVA DE PITANGA QUADRA G
AGAMENON MAGALHÃES, IGARASSU/PE. CEP. 53600-000

PROCURADOR(A):

Nome: ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Divorciada Profissão: Empresária
Identidade: 7.742.986 SDS/PE CPF: 884.647.684-00
Endereço: Avenida Joaquim Nabuco nº 200, Timbó, Abreu e lima/PE. Cep. 53.520-170

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante quaisquer Seguradora pertencente ao Consórcio DPVAT, também perante aos pontos de atendimento da Seguradora Líder (Correios, Sincor (s) e Corretores), dar entrada em sinistro, enviar documentos relativo a pendências, receber correspondências, solicitar informações por escrito, e-mails ou por telefone, ter acesso ao número de sinistro ocorrido com a vítima no dia 17/10/2019, cobertura **INVALIDEZ**, em fim, acompanhar todo e qualquer andamento relativo ao sinistro em epigrafe do beneficiário (a)/vítima, até o término de sua liquidação, e finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

IGARASSU, 07/11/2019
Local e data

RECONHEÇO

Daniel Mardukeu da Silva
Assinatura do Beneficiário/Vítima
(Reconhecer firma por autenticidade)



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3200011027

Cidade: Igarassu

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do acidente: 17/10/2019

Seguradora: INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 24/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO.
FRATURA DE PUNHO ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E FIOS K/ REDUÇÃO - COTOVELO). ALTA.
P 6/13.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL LEVE DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.

Documentos
complementares:

Observações:

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3200011027

Cidade: Igarassu

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Data do acidente: 17/10/2019

Seguradora: INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 23/01/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO.
FRATURA DE PUNHO ESQUERDO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACA E FIOS K/ REDUÇÃO - COTOVELO). ALTA.
P 6/13.

Sequelas permanentes: LIMITAÇÃO DO ARCO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO ESQUERDO.

Sequelas: Com sequela

Documento/Motivo:

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas: APRESENTA APÓS ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL DEBILIDADE FUNCIONAL MODERADA DE PUNHO ESQUERDO.

Documentos
complementares:

Observações:

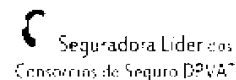
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau médio - 50 %	12,5%	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0010032/20
Vítima: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
CPF: 041.225.744-04
CPF de: Próprio
Seguradora: INVESTPREV SEGUROS E PREVIDENCIA
Data do acidente: 17/10/2019
Titular do CPF: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de registro de acidente declarado
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
DUT
Outros

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS : 884.647.684-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA : 041.225.744-04

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 08/01/2020
Nome: ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS
CPF: 884.647.684-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 08/01/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

ROSSANA LIGIA FERNANDES DANTAS

JULIANA BEZERRA DE LUNA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

DETRAN - PE Nº 014486538630
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA	COD. RENAVAM	R.N.T.D.	EXERCÍCIO
1	37460879	123456789	2019

NOME

MACIEL VICTOR FERREIRA

ICARASSU-PE

CPF/CNPJ

071.334.234-04

PLACA

PEP 000

PLACA ANT. UR

CLASS

***** 22 9220015000152

ESPECIE TIPO

PAS / MOTOCICLETA

COMBUSTIVEL

ALCOOL / GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA / CB 150 F-15

ANO FAB.

2011

ANO MOD.

2011

CAP. POT. CIL

2P/149CL

CATEGORIA

PARTIC

COR. PREDOMINANTE

PRETA

COTA UNICA

VEIC. COTA UNICA

VEIC. COTAS

1 IEVA 2019 QUILATO

1 *****

FAIXA I PVA

PARCELAMENTO / COTAS

2 *****

1

3 *****

PREMIO TARIFARIO (R\$)

TOP (R\$)

PREMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEGURO FACO

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA

CONTRAN

ICARASSU

DATA

DATA

12/01/19

NOTA: Este documento é válido para fins de registro e licenciamento de veículos.

Unidade Responsável: [Assinatura]



UPA 24 HORAS - IGARASSU

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 17/10/2019 14:29

	Nome Paciente:	DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
	Cód. Paciente:	
	Data de Nascimento:	19/05/1978
	Sexo:	Masculino
	Idade:	41 anos
	Senha:	0108
	Convênio:	-
Atendimento:	SAME:	

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:47

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - RECLASSIFICAÇÃO

Prioridade:	EMERGENCIA - VERMELHO
Cor:	VERMELHO
Queixa Principal:	DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN
Observação:	ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA HAS- DM-
Fluxograma sintoma:	TRAUMA
Discriminador(es):	- DOR INTENSA (8-10/10)
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Período: 17/10/2019 14:40 - 17/10/2019 14:42

MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:	URGENCIA - AMARELO
Cor:	AMARELO
Queixa Principal:	DOR EM MSE APOS QUEDA DE MOTO HÁ 40 MIN
Observação:	ALERGIA MEDICAMENTOSA: NEGA HAS- DM-
Fluxograma sintoma:	TRAUMA
Discriminador(es):	- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
Especialidade:	ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
Sinais Vitais Lidos:	- RÉGUA DE DOR: 7

Acolhido(a) por: MAYARA BORGES DE LIRA - COREN: 496932 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 17/10/2019 14:47

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1



Atendimento: 1143606

Data e Hora: 17/10/2019 14:57

Senha de Classificação:

0108

Paciente: 354327 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Cor: Parda

Escolaridade:

Data do Nascimento: 19/05/1978

Idade: 41 anos

Convenio: 2

SUS - PRONTO ATENDIMENTO

Nome da Mãe: MARIA CLARICE DE SOUZA

Nome do Pai:

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA

CRM: 1234567

Endereço: RUA JOSE FRANCISCO DE PA

9

Bairro: CENTRO

Cidade/UF: IGARASSU

PE

Cep: 53610970

Usuário Atendimento: MARIAJLS

RG (Identidade): 5733053

SDS PE

Data de Emissão: 23/02/2010

CNS:

CPF (Cadastro de Pessoa Física): 04122574404

Fone: 73189502

CRN(Certidão de Registro de Nasc):

Data de Emissão CRN:

PESO: ALTURA: TEMPERATURA: °C FC: bpm FR: rpm PA: mmHg
DATA: HORA: 15:30V

QUEIXA PRINCIPAL / DURAÇÃO / HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL

queixa de dor no punho direito
após trauma de subluxação distal

EXAME FÍSICO:

Exame físico normal, punho direito
com dor à palpação no punho
e base da 5ª metacarpiana

HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S):

Lesão do punho
Fratura do punho

SOLICITAÇÃO DE EXAMES:

Rodrigo Victor Lependa
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 20912

PRESCRIÇÃO MÉDICA:

HORÁRIO

1) Analgésico	
2) Anti-inflamatório	
3) Antibiótico	
4) Transfusão	

Médico / Cremepe:

ENCAMINHADO:

() Ambulatório

() Sala Verde

(X) Sala Amarela

() Sala Vermelha

Médico / Cremepe:

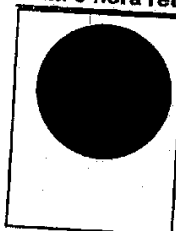


HOSPITAL METROP. NORTE MIGUEL ARRAES

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICACAO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 18/10/2019 07:45



Nome Paciente: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Cód. Paciente:
Data de Nascimento: 19/05/1978
Sexo: Masculino
Idade: 41 anos
Senha: 0010
Convênio:
Atendimento:
SAME:

crldp

Período: 18/10/2019 08:06 - 18/10/2019 08:12

MAURICELIA MARIA ALVES MACIEL - COREN: 6723 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade:

URGÊNCIA AMARELO

Cor:

AMARELO

Queixa Principal:

PACIENTE REFERE DOR EM MSE APÓS QUEDA DE MOTO NEGA VÔMITO E OU DESMAIO

Medicamento(s):

NEGA FAZER USO DE MEDICAMENTO P/ DOENÇAS CRÔNICA

Observação:

PROCEDENTE DA UPA DE IGARASSÚ C/ SENHA 5795398, PACIENTE EM AR AMBIENTE, NORMOCORADO, REFERE DOR EM MSE APÓS QUEDA DE MOTO, NEGA VÔMITO E OU DESMAIO

Fluxograma sintoma:

TRAUMA

Discriminador(es):

- SUSPEITA DE FRATURA OU LUXAÇÃO SEM DEFORMIDADE
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Especialidade:

Sinais Vitais Lidos:

- SACR - REGUA DE DOR: 1
- SACR - ESCALA DE GLASGOW: 15
- FREQUENCIA CARDIACA: 94.00 BPM
- FREQUENCIA RESPIRATORIA: 18.00 RPM
- GLICOSE: 117.00 MG/DL
- P.A. SISTOLICA: 140.00 MMHG
- P.A. DISTOLICA: 100.00 MMHG
- PESO: 76.00 KG
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 98.00 %
- TEMPERATURA(C): 37.00 °C

REVISADO
NERI-HMA

HMA - Hospital Miguel Arraes

Lesão de Pele

Sim () Não ☒

Local

.....

Enfermeiro

Acolhido(a) por: MAURICELIA MARIA ALVES MACIEL - COREN: 6723 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 18/10/2019 08:12

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





HOSPITAL
MIGUEL ARRAES

HOSPITAL MIGUEL ARRAES



Atendimento: 500000

Data e Hora: 18/10/2019 08:21

Senha da Classificação:

0010

Paciente: 130467 DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Sexo: MASCULINO

Nome Social:

Data do Nascimento: 19/05/1978

Idade: 41 anos

Convenio: 2

SUS - EXTERNO / URGENCIA

Nome da Mãe: MARIA CLARICE DE SOUZA

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Pai: MARDUQUEU CAITANO DA SILVA

Nome do Médico: PLANTONISTA ORTOPEDIA

CRM: 12346

Endereço: RUA JOSEFA FRANCISCO DE --

9

Bairro: AGAMENON MAGALHAES

Cidade/UF: IGARASSU

PE

Usuário Atendimento: MONICABSL

Informações Associadas a Pacientes Estrangeiros / Visitantes

Data Entrada Brasil:

Nacionalidade: BRASILEIRA

Nr Documento Estrangeiro:

Observação:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: _____

Altura: _____

Temperatura: _____

Hora: _____

Queixa Principal

Paciente vítima de queda de moto
há 12 horas com trauma em cotovelo
e antebraço - dor e inchaço

Exame Físico

CONSCIENTE ORIENTADO EUCALICO
MS com edema no cotovelo e punho

Hipótese Diagnóstico

FX LIX cotovelo + FX RADIO ULNAR LEI

Prescrição Médica

SOLICITO: RX DE COTOVELO + ANTEBRAÇO
+ PUNHO
INTERMEDIÁRIO

Assinatura e Carimbo/Médico

Dr. Ian Ladeira
CRM-PE 21590

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório () Residência

() Transferido: Para _____

() Encaminhado ao setor de internação

Senha: _____



Laudo para solicitação de autorização de internação

1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO		2 - CNES	
HOSPITAL MIGUEL ARRAES		AT-500068		6431569	
3 - ESTABELECIMENTO EXECUTANTE		HOSPITAL MIGUEL ARRAES		4 - CNES	
				6431569	
5 - Nome do Paciente		IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE			
DANIEL MARDUQUEU DA SILVA					
7 - Cartão Nacional do SUS	8 - Data de Nascimento	9 - Sexo	10 - RaçaCor	6 - Nº Prontuário	
700 60 244 0824266	19/05/1978	<input checked="" type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	03 - Parda	130467	
11 - Nome da Mãe			10.1 - Etnia		
MARIA CLARICE DE SOUZA			0000 - Não Se Aplica		
13 - Nome Responsável			12 - Telefone de Contato		
EDILMA FRANCISCA			8197318950		
15 - Endereço (Rua, Nº, Bairro)			14 - Telefone de Contato		
RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA, 9 - AGAMENON MAGALHAES					
16 - Município	17 - IBGE	18 - UF	19 - CEP		
ASSU	260680	PE	53640378		
<p>Principais Sinais e Sintomas Clínicos</p> <p>LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</p> <p>ANTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA +- 12 HORAS COM TRAUMA EM COTOVELO + ANTEBRAÇO ESQUERDO COM DOR E EDEMA NO MESMO</p> <p>ENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL</p> <p>DEDEMA E DEFORMIDADE EM PUNHO E COTOVELO ESQUERDO</p> <p>ALERGIAS E COMORBIDADES</p>					
21 - Condições que justificam a Internação					
CITADAS ACIMA					
22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas					
ANAMNESE + EXAME FISICO					
23 - Diagnóstico Inicial / Código					
FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO E + LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO		24 - CID 10 Principal	25 - CID 10 Secundário	26 - CID 10 Causas Associadas	
		S525 553.1	W199 V29.9	04.08.02.015-6 04.08.02.040-7	
27 - Descrição do Procedimento Solicitado					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
PROCEDIMENTOS SEQUENCIAIS EM ORTOPEDIA					
29 - Especialidade	30 - Carater de Atendimento	31 - Documento	32 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Solicitante/Assistente		28 - Código do Procedimento
CIRÚRGICA	2	(X) CNS () CPF	980016278437533		0415020069
SORMANE DE CARVALHO BRITTO		34 - Data da Solicitação	35 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro no Conselho)		
		18/10/2019	16339		
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)					
36 - () Acidente de Trânsito	39 - CNPJ Seguradora	40 - Nº Bilhete		41 - Série	
37 - () Acid. Trabalho Típico	42 - CNPJ / Empresa	43 - CNAE / Empresa		44 - CBOR	
38 - () Acid. Trabalho Trajeto					
45 - Vínculo com a Previdência					
() Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Apr					
46 - Nome do Profissional Autorizador					
AUTORIZAÇÃO		47 - Cód. Órgão Emissor			
		E260000001			
48 - Documento	49 - Nº do Documento (CNS/CPF) do Profissional Autorizador				
() CNS () CPF					
50 - Data da Autorização		51 - Assinatura e Carimbo (Nº de Registro do Conselho)			

AIH
261910222177-0

AIH
261910222178-0

Código do Laudo: 500000



HOSPITAL MIGUEL ARRAESMV 2000 - Sistema de Centro Cirúrgico e Obstétrico
Ficha de Cirurgia Descritiva

Página.: 0001

Data.....: 29/10/2019

Hora.....: 12:22

Aviso de Cirurgia : 60529

Paciente : 130467

Convênio Atend. : 1

Leito : 70

Dt. Início : 29/10/2019 09:50

Cid Pré-Operatório : S525

Cid Pós-Operatório : S525

Sala : 0002

SALA 02

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

SUS - INTERNACAO

ORTL-511-LEITO 002

Dt. Fim : 29/10/2019 11:50

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO

FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO

Atendimento : 500068

Carteira :

Idade : 41 Anos

Procedimento: 0408020407

Convênio: 001

Anestesia: 74

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSO
ANTEBRAÇO (PRINCIPAL)

SUS - INTERNACAO

BLOQUEIO DE NERVOS DE MMSS

CIRÚRGIAO

18757 JEFFERSON CALUME DE OLIVEIRA JUNIOR

Descrição Cirúrgica :

DIAGNÓSTICO: FRATURA DO RÁDIO DISTAL ESQUERDO
CIRURGIA: REDUÇÃO ABERTA + OSTEOSSÍNTESE COM PLACA E FIOS K
CIRURGIÃO: DR JEFFERSON
1º AUXÍLIO: DR PEDRO/ DR LIVIO
INSTRUMENTADOR (A): -
ANESTESISTA: GR GENESIO
ANESTESIA: BLOQUEIO MMSS

1. PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA;
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA;
3. APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS;
4. INCISÃO DORSAL DE APROX. 10CM E DIVULSAO POR PLANOS. OBSERVAMOS COMINUIÇÃO DORSAL. REDUÇÃO CRUENTA, FIXAÇÃO COM FIOS K E APOSIÇÃO DE ENXERTO ÓSSEO ESPONJOSO LOCAL EM FALHA DORSAL
5. INCISÃO VOLAR DE APROX. 07CM PELA QUAL OBSERVAMOS DESVIO GRANDE DO FRAGMENTO VOLAR-ULNAR E DO TÍLIOIDE. REDUÇÃO CRUENTA, FIXAÇÃO COM FIOS K E COLOCAÇÃO DE PLACA TERÇO DE CANO DE 4 FUROS COM CORTE MOLDAGEM DA PONTA (PLACA GANCHO) FIXADA COM 02 PARAFUSOS CORTICAIS Nº 18
6. LIMPEZA COM SF 0,9%;
7. CONTROLE COM RX
8. SUTURA POR PLANOS COM VYCRIL 2-0 E NYLON 4-0
9. CURATIVO ESTÉRIL
10. TALA AXILOPALMAR A ESQ

Achados Cirúrgicos:**Descrição Complementar**FATURADO
04/11/19Dr. Pedro Thiago de Sousa Lima
Ortopedia
CRM-PE 23122DR(A) : JEFFERSON CALUME DE OLIVEIRA JUNIOR
CRM : 18757

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR



Protocolo de Encaminhamento

TIPO DE OCORRÊNCIA

Causa Externa: Acidente/Violência () Causa Clínica () Obstétrico () Psiquiátrico ()
Em caso de violência/acidente: Via Pública () Domicílio () Local de Trabalho ()

SENHA

54 35388

Nome do Paciente:

DANIEU MACHADO DA SILVA

Idade:

41

Sexo: M () F () Profissão:

Fone:

Endereço Residencial:

Bairro:

Cidade:

CAUSA EXTERNA (ACIDENTE/VIOLENCIA)

Acidente de Trânsito: Ônibus () Caminhão () Carro de Passeio () Motocicleta ()
Atropelamento: Pedestre () Ciclista ()
Automóvel (Colisão): Passageiro () Motorista () Banco de Trás () Banco da Frente () Uso de cinto: S() N()
Motocicleta: Motociclista () Passageiro () Uso de Capacete: S() N()
Semi-Afogamento/Submersão () Soterramento ()
Intoxicação Exógena () Animais Peçonhentos () Agente Causador: _____
Exposição ao: Fogo/Fumaça/Choque Elétrico ()
Queimaduras: 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau ()
Queda: () Altura Aproximada _____ Metros () Queda da Própria Altura
Agressões: () Por Arma de Fogo/Tipo _____ () Arma Branca/Tipo: _____
Agressão Sexual () Maus Tratos () Outros () Citar: _____
Mecanismo do Trauma: () Impacto Frontal () Impacto Lateral () Impacto Traseiro () Ejeção () Capotamento

História Clínica Atual:

AVISGOTE CAUSAS CLINICAS DE HOTO WZ TMM WJ LOTOJEW

Hipótese Diagnóstica:

AVISGOTE DE HOTO WZ TMM WJ LOTOJEW + FORTUM RAO DISIA

AVALIAÇÃO CLÍNICA

Glicemia Capilar (HGT): _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ P.A.: _____ x
Vias Aéreas: FR _____ Dispneia S() N() Tiragem Intercostais S() N() Obstrução Vias Aéreas: S() N()
Sibilos Expiratórios: S() N() BAN*: S() N() Deformidade do Tórax: S() N() Gemido/ Estridor: S() N()
Distúrbio Fala/Choro: S() N()
Agitação Psicomotora: S() N() Lesões de face: S() N() Retração Xifóide: S() N()
Perfusão Periférica: Boa () Lentificada () Bulhas Cardíacas: Normofonéticas () Hipofonéticas ()
Pulso: Rítmico () Arritmico () Filiforme () Fino ()
Coloração da Pele: Normocorada () Palidez () Cianose ()
Sudorese: S() N() Desidratado: S() N() Ictérico: S() N()

FR: RN 35-50
< 1 ano 30-50
Crianças 20-30
Adulto 12-30

FC: RN 120-160
< 1 ano 90-140
Criança 80-110
Adulto 60-100



Avaliação Primária: Alerta () Resposta Verbal () Resposta ao Estimulo Doloroso () Irresponsivo ()

EXAME NEUROLÓGICO

Escala de Coma de Glasgow (ECG)

ABERTURA OCULAR

Abertura Ocular Espontânea 4
Abertura Ocular a Voz 3
Abertura Ocular a dor 2
Sem abertura ocular 1

RESPOSTA VERBAL

Orientado 5
Confuso 4
Resposta Inapropriada 3
Sons Incompreensíveis 2
Sem resposta Verbal 1

RESPOSTA MOTORA

Obedece ao comando 6
Localiza Estimulo Doloroso 5
Retirada ao Estimulo Doloroso 4
Descorticação 3
Descerebração 2
Sem resposta motora 1

TOTAL DE PONTOS ECG: _____

Sinais de disfunção cerebral: Déficit Motor () Desvio comissura labial ()
Dificuldade na fala ()
Avaliação Pupilar: Isocóricas () Anisocóricas () Midríase () Miose ()

Classificação TCE pela ECG
ECG 3-8: TCE Grave
ECG 9-13: TCE Moderado
ECG 14-15: TCE Leve

NATUREZA DA LESÃO

Presença de sangramento externo: S () N ()
Lesões Intra-Torácica: S () N () Fratura Pélvis: S () N ()
Lesões Infra-abdominais: S () N () Fratura em Osso Longo: Fechada () Aberta ()

USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Usou álcool: S () N () Informante: Vitima () Outros ()
Hálito Alcoólico () Alteração na Marcha () Sonolência/Agitação () Alteração no Humor ()
Usou outras drogas: S () N () Informante: Vitima () Outros ()
Lolô () Maconha () Cola () Cocaína () Crack () Lança-perfume () Anfetaminas () Éxtase ()

CONDUTA CLÍNICA/EVOLUÇÃO

Imobilização da Coluna Cervical: S () N ()
Imobilização Tala Gessada: S () N ()
Antibióticoterapia: S () N () Especificar: _____
Oxigenioterapia: Cateter () Venturi () CPAP ()
Aspiração de Sangue e/ou secreções: S () N ()
Entubação Orotraqueal: S () N ()
Ventilação Mecânica: Modalidade _____
FIO2: _____

Reanimação Cardiopulmonar: S () N ()
RX: S () N () Analgesia: S () N ()
Infusão de Fluidos: S () N () Especificar: _____
Volume de Fluidos Infundido: _____
Outras Condutas: _____
Intercorrências: _____

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA

Tto. Uterino

CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

Hospital para onde foi encaminhado: _____
Medico Regulador: _____
Transferência com acompanhamento Médico: S () N ()

Hora: 10:30

Local e data

11/10/19

Rodrigo Victor Lapenda
Ortopedia - Traumatologia
CRM: 20912
Médico Assistente

EVOLUÇÃO CLÍNICA

NOME: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA REG: 130467

CLÍNICA: _____ ENFERMAGEM: _____ LEITO: _____

DATA/HORA	
18/10/2019	# SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
	# ADMISSÃO
	PACIENTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO HA +- 12 HORAS COM TRAUMA EM COTOVELO + ANTEBRAÇO ESQUERDO COM DOR E EDEMA NO MESMO, CONSCIENTE ORIENTADO EUPNEICO ESTAVEL
	MSE DOR EDEMA E DEFORMIDADE EM PUNHO E COTOVELO ESQUERDO
	NEGA ALERGIAS E COMORBIDADES
	HD FX RADIO DISTAL ESQUERDO + LUXAÇÃO DE COTOVELO ESQUERDO
	CD INTERNAMENTO + PRE OP + TAC DE PUNHO E COTOVELO
	STAFF DR IVAN
19/10/19	# SOT#
	HD: 2 - 15 - 20
	ED: 2 - 15 - 20
	EUPNEICO, SEM NOVAS
	ALERGIAS
	CD: ADOLESCENTE
20/10/19	# SOT#
11h	HD: 2 - 15 - 20
	Paciente em observação
	HD: 2 - 15 - 20
	CD: ADOLESCENTE
	STAFF DR IVAN

Dr. Ivan Lacort
CRM-PE 9854
CRA-PE 23390

Dr. Ivan Lacort
CRM-PE 9854
CRA-PE 23390

Dr. Daniel Mardukeu
CRM-PE 11775
CRA-PE 23390



EVOLUÇÃO CLÍNICA

Nome: Pedro Miguel Registro: _____
Clínica: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____

Data/Hora	
	# MAO #
20/11/19	• 29/10/19: fx ext. distal do radioulnar (imp.) com RARE com placa + fios K.
	Paciente evolui
	EF. FO
	com Solicitação de fx proximal (com - músculos articular) com implante bem posado no dia.
	Remover pontos Retorno em 15 dias
	Dr. Pedro Thiago de Sousa Lima Ortopedia CRM-PE 23122



DIAGNÓSTICO DO ATENDIMENTO

Atendimento..... : 500000 Prontuário: 130467 SAME: 117089 Hora Atend: 08:21 Data Atend: 18/10/2019
Paciente..... : DANIEL MARDUQUEU DA SILVA Idade: 41 a
Endereço..... : RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA
Bairro..... : AGAMENON MAGALHAES
Cidade..... : IGARASSU
Convênio..... : SUS - EXTERNO / URGENCIA UF...: PE CEP: 53640378
CID Principal..... : Plano...: PLANO UNICO
CID's Secundários. :
Resultado..... : ENCAMINHADO AO SETOR DE INTERNACAO
Data Saída..... : 18/10/2019 Hora Saída : 13:49

Prestador da Evolução Médica: PLANTONISTA ORTOPEDIA

DIAGNOSTICO
ENF. CARLA

PLANTONISTA ORTOPEDIA / 12346
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

HOSPITAL METROPOLITANO NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR





Protocolo de Encaminhamento

TIPO DE OCORRÊNCIA

Causa Externa: Acidente/Violência () Causa Clínica () Obstétrico () Psiquiátrico ()
Em caso de violência/acidente: Via Pública () Domicílio () Local de Trabalho ()

SENHA St 9538

Nome do Paciente: DANIEL MAURICIO DA SILVA

IDENTIFICAÇÃO

Idade: 41

Sexo: M () F () Profissão: _____

Fone: _____

Endereço Residencial: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

CAUSA EXTERNA (ACIDENTE/VIOLÊNCIA)

Acidente de Trânsito: Ônibus () Caminhão () Carro de Passeio () Motocicleta ()
Atropelamento: Pedestre () Ciclista ()
Automóvel (Colisão): Passageiro () Motorista () Banco de Trás () Banco da Frente () Uso de cinto: S () N ()
Motocicleta: Motociclista () Passageiro () Uso de Capacete: S () N ()
Semi-Afogamento/Submersão () Soterramento ()
Intoxicação Exógena () Animais Peçonhentos () Agente Causador: _____
Exposição ao: Fogo/Fumaça/Choque Elétrico ()
Queimaduras: 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau ()
Queda: () Altura Aproximada _____ Metros () Queda da Própria Altura
Agressões: () Por Arma de Fogo/Tipo _____ () Arma Branca/Tipo: _____
Agressão Sexual () Maus Tratos () Outros () Citar: _____
Mecanismo do Trauma: () Impacto Frontal () Impacto Lateral () Impacto Traseiro () Ejeção () Capotamento

História Clínica Atual: Acidente de trânsito no trânsito

CAUSAS CLÍNICAS

Hipótese Diagnóstica: Luxação do LTO VED + Fratura da

Distinção

AValiação Clínica

Glicemia Capilar (HGT): _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ P.A.: _____
Vias Aéreas: FR _____ Dispneia S () N () Tiragem Intercostais S () N () Obstrução Vias Aéreas: S () N ()
Sibilos Expiratórios: S () N () BAN*: S () N () Deformidade do Tórax: S () N () Gemido/ Estridor: S () N ()
Distúrbio Fala/Choro: S () N ()
Agitação Psicomotora: S () N () Lesões de face: S () N () Retração Xifóide: S () N ()
Perfusão Periférica: Boa () Lentificada () Bulhas Cardíacas: Normofonéticas () Hipofonéticas ()
Pulso: Rítmico () Arritmico () Filiforme () Fino ()
Coloração da Pele: Normocorada () Palidez () Cianose ()
Sudorese: S () N () Desidratado: S () N () Ictérico: S () N ()

FR: RN 35-50
< 1 ano 30-50
Crianças 20-30
Adulto 12-30

FC: RN 120-160
< 1 ano 90-140
Criança 80-110
Adulto 60-100



FICHA DE INTERNAÇÃO

Cód. Atendimento: **50006**

Usuário: ROSEANERSN

DADOS DO PACIENTE

Paciente: **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**
Idade: 41a 4m 30d Sexo: M Estado Civil: SOLTEIRO Prontuário: 130467
Profissão: Escolaridade: Data de Nascimento: 19/05/1978
R.G.: 5733053 C.P.F.: 04122574404 Telefone: CEP 53640378
Endereço: RUA JOSEFA FRANCISCO DE PAULA, 9 - AGAMENON MAGALHAES - IGARASSU - PE
Origem: URGENCIA/EMERGENCIA
Convênio: SUS - INTERNACAO
Unidade Internação: VERDE 2 ORTOPEDIA Acomodação: ENFERMARIA DE OBSERVACAO Leito: VERD2-13
Médico Internação: PLANTONISTA ORTOPEDIA

DADOS DO RESPONSÁVEL

Nome: _____
Endereço: _____ R.G.: _____
Telefone: _____ Número: _____ C.P.F.: 04.11.19
Cidade: _____ Estado civil: _____

DADOS DA LIBERAÇÃO DO PACIENTE

Data da Alta: 30/10/19
Motivo: ☒ Melhorado ☐ A Pedido ☐ Transferência ☐ Óbito ☐ Evasão
Hora da Alta: _____
Condições de Alta: bons

Diagnóstico Principal..... Lx do tornozelo + fr do péto distal à (E)
Diagnóstico Secundário01.: _____

Diagnóstico Secundário02.: _____

Procedimento..... 29/10/19: RFI e p/ta por fr do péto distal
18/10: Redução fechada do tornozelo

Manoel Oliveira Ferreira
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PE 24589

Médico e CRM:

Edilma Francisca Alves
Responsável pela retirada do paciente Assinatura e RG

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Autorizo a internação do paciente acima mencionado no HOSPITAL MIGUEL ARRAES bem como os tratamentos clínicos e cirúrgicos (Intervenção cirúrgica, anestésias, transfusões, exames de sangue, ou qualquer outro tipo de exame médico e laboratorial) que se fizerem necessários para o diagnóstico, tratamento, cura e o bem estar do paciente.

Em _____ de _____ de _____

Assinatura e RG do paciente ou pessoa responsável



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	7.742.986
DATA DE EXPIRAÇÃO	12/05/2017
NOME -<< ROSEANA LÍGIA FERNANDES DANTAS >>-	
FILIAÇÃO -<< SEBASTIÃO RADIR DANTAS >>- -<< INACIA FERNANDES DANTAS >>-	
NATURALIDADE	DATA DE NASCIMENTO
CAMPINA GRANDE - PB	07/04/1973
OCCORRÊNCIA -<< CC 26745 L47B F68 CART SEDE CAMPINA GRANDE PB 20 10 2004 >>-	
CPF 884.647.684-00	
ASSINATURA DO DIRETOR PAUCAL	
LEIA: 110 DE 2008	
317052661805134701.7453785	F-76 88.077 - 3422







Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **041.225.744-04**

Nome: **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**

Data de Nascimento: **19/05/1978**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **03/02/2000**

Dígito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **20:33:21** do dia **30/10/2019** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **C11C.7AA3.EE65.991A**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

f1

30/10/2019 20:33



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DINHEIRO
CIRCULAR SUSEP 445/12

Para maiores esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradora.com.br> ou ligue para SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que toda as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

² Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu **ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS** inscrito (a) no CPF/CNPJ 884.647.684-00,

na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário **DANIEL MARQUES DA SILVA**

inscrito (a) no CPF sob o Nº **041.225.744-04**, do sinistro de DPVAT cobertura **INVALIDEZ** da Vítima

DANIEL MARQUES DA SILVA, inscrito (a) no CPF sob o Nº **041.225.744-04**,

conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço AVENIDA JOAQUIM NABUCO		Número 200	Complemento CASA
Bairro TIMBÓ	Cidade ABREU E LIMA	Estado PE	CEP 53520170
Email: balbinospe@hotmail.com		Telefone Comercial (DDD) (81) 3538.0069	Telefone celular (DDD) (81) 98721.5834

Abreu e Lima 09 de *Setembro* de 2019

Rossana Lígia Fernandes Dantas
Assinatura do Declarante



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGO SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; BTG PACTUAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ BMG SEGURADORA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; J. MALUCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFNITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PAN SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; POTTENCIAL SEGURADORA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANCOR SEGUROS DO BRASIL S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA



CARTÓRIO 17º OFÍCIO
DE NOTAS - RJ

Valdir Dias de Sousa Júnior




Reconheço por AUTÊNTICA a firma de: WALDIR DIAS DE SOUZA JUNIOR
Cod: 3000000266806
Rio de Janeiro, 11 de junho de 2015. Conf. por:
Fa testemunho da verdade. Serventia : 1 4.50
Só: LAFRANCO : 1 2.50
Total : 1 7.00
FELICIA CRISTINA A. LAFRANCO
ELEN-17653 PRR Consulte em <https://www3.trib.jus.br/sitpublico>

[illegible]

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, sociedade seguradora, CNPJ nº 33.054.826/0001-92, com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 bairro do Recife Antigo- Recife/PE, representada na forma de seu Estatuto Social, **JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO**, brasileiro, casado, administrador, registro no CRA-PE sob o nº 1319, inscrito no CPF sob o nº 032.463.104-91, residente e domiciliado em Recife/PE e **SÉRGIO DE PETRIBU BIVAR**, brasileiro, solteiro, RG nº 5183250 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE., nomeia e constitui seus bastantes procuradores **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51, todos com escritório à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, no Município do Rio de Janeiro, RJ, aos quais, independentemente da ordem de nomeação, confere plenos poderes, incluindo a *Claúsula Ad Judicia et Extra*, para atuar no foro em geral, em qualquer Instância, Juízo ou Tribunal nas ações ou recursos competentes, e defender a Outorgante nas ações que lhe são contrárias, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, nomear prepostos para representar a Outorgante nas ações em que é parte, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, autorizados, desde já, receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento,

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS – Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



EXCELSIOR SEGUROS

em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.



PORTO
VIRGINIO

Recife, 20 de fevereiro de 2014.

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

José Tupinambá Coelho / Sérgio de Petribu Bivar

Cartório Porto Virgínio, Fone: (81)3224-8885 - Rua Tumazina, nº 121
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de SÉRGIO
DE PETRIBU BIVAR e JOSÉ TUPINAMBÁ COELHO, a qual confere
com o padrão registrado nesta serventia. Dou Fe. Recife, 20 de
fevereiro de 2014. E-mail: RS 2440

Em test. da verdade.

Rosana Farias Barbosa

Rosana Farias Barbosa - Escrevente Autorizada

Válida somente com o selo de autenticidade 15.58



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS - Av. Marquês de Olinda nº 175 - Bairro do Recife
Recife - PE - CEP. 50030-000- Tel.: (081)3087-9230- Fax.: (081)3087-9230.



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
CNPJ nº 32.054.526/0001-92 / NIRE nº 26.3.0001024-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2011**
(Homologada pela SUSEP - Carta nº 322/2012/SUSEP/SEGER, de 20/09/2012)

Data, hora e local: dia 18 de agosto de 2011, às 9:00 horas, na sede social, na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - 4º andar - bairro Recife Antigo - Recife / PE.

Convocação: anúncios pessoais entregues a cada um dos membros do Conselho.

Presenças: a totalidade dos membros do Conselho de Administração.

Mesa: Presidente: Luciano Caldas Bivar
Secretária: Catarina de Petribú Bivar

Deliberações: considerando que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através da CARTA SUSEP/DIRAT/CGRAT/Nº 417/11, de 15 de julho de 2011, homologou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2011, em especial, a reeleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2011/2014, reúnem-se os Conselheiros empossados, deliberando, por unanimidade de votos dos presentes, **reeleger** todos os atuais membros da Diretoria para o triênio 2011/2014 bem como ratificar a designação dos Diretores responsáveis perante a SUSEP, nos termos das Circulares SUSEP nº 234/03, 249/04 e 344/07 e das Resoluções CNSP nº 118/04 e 143/05, sem prejuízo das demais responsabilidades estatutárias pertinentes aos cargos. Foram **reeleitos**: **Diretor Presidente - Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Rua do Futuro nº 342 apto. 1302 - bairro Afritos - Recife - PE, RG nº 1.118.805 - SSP / PE, CPF nº 093.656.054-15, com as atribuições previstas no Estatuto Social e como Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; **Diretor Superintendente - José Tupinambá Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado à Rua Atlântico nº 62 apto. 1002 - Pina - CEP 51011-220 - Recife - PE, RG nº 1319-CRA/PE, CPF/MF nº 032.463.104-91, com as atribuições previstas no Estatuto Social e pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de Contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004; **Diretor Executivo e de Relações com a SUSEP - George Ricardo Martins de Souza**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado à Travessa São Vicente de Paulo nº 32 apto. 901 - Ingá - CEP 24210-570, Niterói - RJ, RG nº 5.092.420-8 - DETRAN/RJ, CPF/MF nº 617.395.457-53, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a

ATA DE 18 DE 2011 - TUPINAMBÁ - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC

12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/10/2012

SOS Nº: 20126891940

Protocolo: 12/589194-0

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO

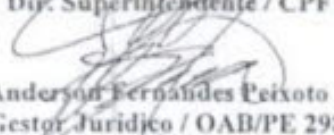


Autarquia; **Diretor Administrativo-Financeiro - Sergio de Petribu Bivar**, brasileiro, solteiro, economista, residente e domiciliado à Av. Beira Mar nº 1626/1301, Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 5.183.250-2 SSP/PE, CPF nº 026.896.134-41, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pelas Atividades Administrativas e Econômico-Financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social, e ainda como Responsável pelo Sistema de Controles Internos das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04, bem como pelas atividades dos Controles Internos Específicos para a Prevenção Contra Fraudes, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344/07; **Diretor Técnico - Oldemar de Souza Fernandes**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua São Salvador nº 60 apto. 302 - Espinheiro - CEP 52020-200 - Recife - PE, RG nº 4.337.260-SSP/SP, CPF/MF nº 337.325.318-72, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável pela supervisão das Atividades Técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; **Diretor Comercial - Ari Colfman**, brasileiro, casado, securitário, residente e domiciliado à Rua Alfredo Regis Lima Mota nº 447 - Candeias, Jaboatão dos Guararapes - PE, RG nº 724.463 - SSP/PE, CPF/MF nº 012.951.364-49, com as atribuições previstas no Estatuto Social e designado como Responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de registro das apólices e endossos emitidos e dos co-seguros aceitos, conforme disposição da Resolução CNSP nº 143/2005. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na legislação em vigor, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade em virtude de condenação criminal. A posse dos Diretores reeleitos para o triênio 2011/2014 se dará após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sendo que permanecerão em suas funções até que a Diretoria a ser eleita no ano de 2014 receba a homologação daquele Órgão. Na sequência dos trabalhos, disse o Sr. Presidente que as matérias ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornarão efetivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou a lavratura desta ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros presentes. Recife, 18 de agosto de 2011. Luciano Caldas Bivar - Presidente / Catarina de Petribu Bivar - Secretário / Luciano de Petribu Bivar

Atestamos que esta é cópia fiel extraída do original transcrito no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.


José Turpinamba Coelho
Dir. Superintendente / CPF nº 032.463.104-91


Sergio de Petribu Bivar
Dir. Adm. Financeiro / CPF nº 026.896.134-41


Anderson Fernandes Peixoto
Gestor Jurídico / OAB/PE 29854

RCA 18 08 2011 - TUPLE SÉRGIO - ATA PARA REGISTRO NA JUCEPE.DOC



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 05/10/2012
SOB Nº: 20126891940
Protocolo: 12/689194-0

Empresa: 26 3 0001024 1
CONTRATADA EXCELSIOR DE SEGUROS


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
Diretor Administrativo



COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CNPJ nº 33.054.826/0001-92 - NIRE nº 26.3.0001024-1

ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO E HOMOLOGADO PELA AGE DE 30 / 05 / 2011

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (Companhia), com nome fantasia EXCELSIOR SEGUROS, constituída em 05 de junho de 1943 e autorizada a operar pelo Decreto nº 15.102, de 21 de março de 1944, será regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Marquês de Olinda nº 175 - bairro Recife Antigo, CEP 50030-000, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, podendo abrir e encerrar sucursais, filiais, inspetorias de produção ou escritórios de representação em qualquer parte do país, por deliberação da Diretoria, observada a legislação aplicável.

Art. 3º - A Companhia tem por objeto:

- a) a realização das operações de seguros de danos, seguros de pessoas e co-seguros, como definidas na legislação própria;
- b) participar de outras sociedades como sócia ou acionista.

Art. 4º - O prazo de sua duração será indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º - O Capital da Companhia é de R\$ 33.151.944,70 (trinta e três milhões, cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos), representado por 4.060.084.552 (quatro bilhões, sessenta milhões, oitenta e quatro mil, quinhentas e cinquenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, podendo a Assembleia Geral de Acionistas autorizar a emissão de ações preferenciais de uma única classe até o montante correspondente a 2/3 (dois terços) do total das ações ordinárias representativas do Capital Social, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

§ 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto nas reuniões das Assembleias Gerais e gozarão exclusivamente das seguintes prioridades:

- (I) reembolso do capital social, sem prêmio;
- (II) recebimento de dividendos fixos equivalentes a até 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da ação.

§ 3º - A Companhia poderá emitir certificados representativos das ações, os quais serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores. Todas as despesas efetivamente incorridas pela

Página 1 de 10



Companhia na substituição ou desdobramento dos certificados, deverão ser reembolsadas pelo acionista que solicitar tal substituição ou desdobramento.

§ 4º - As ações ordinárias da Companhia poderão ser convertidas em ações preferenciais, a critério do acionista, respeitados os limites legais, sendo vedada a conversão de ações preferenciais em ações ordinárias.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º - A sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Art. 7º - A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros de cada órgão será determinada pelo Conselho de Administração.

Art. 8º - Os Conselheiros e Diretores eleitos serão investidos nos seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, mediante a publicação de lista de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, e permanecerão no exercício de suas funções até a posse de seus substitutos.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, entre eles, o Presidente do órgão.

Art. 10 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário, o Presidente será substituído pelo Conselheiro que o substitua.

Art. 11 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Conselheiros, o cargo ficará vago até a realização da próxima Assembleia Geral; se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será imediatamente convocada para nova eleição; e no caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar de imediato a Assembleia Geral.

Art. 12 - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois Conselheiros, através de carta ou outro meio de comunicação, com antecedência mínima de 3 (três) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os Conselheiros em exercício.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria que não sejam membros do Conselho de Administração podem comparecer às reuniões do mesmo, sem direito a voto.

Página 7 de 10



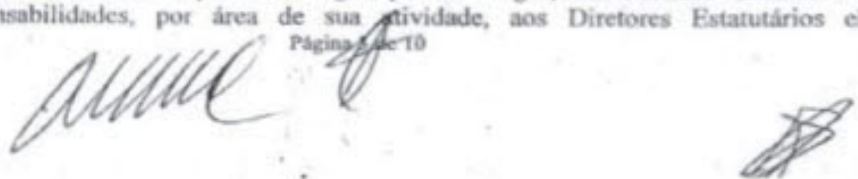
Art. 13 - O Conselho de Administração se instalará com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos Conselheiros presentes.

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração:

- I -** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II -** eleger e destituir os Diretores e fixar-lhes as atribuições na forma deste Estatuto;
- III -** estabelecer os limites operacionais de atuação dos Diretores, fixando-lhes a competência para deferir negócios, celebrar contratos e demais atos administrativos;
- IV -** examinar a qualquer tempo os Livros e papéis da Companhia e manifestar-se previamente sobre atos, contratos e operações segundo determinem este Estatuto, o Regimento Interno ou a seu critério;
- V -** estabelecer, designando o Diretor por elas responsável, regiões e áreas administrativas, aprovar a criação ou extinção de sucursais, filiais, inspetorias, representações ou escritórios;
- VI -** convocar a Assembleia Geral;
- VII -** manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- VIII -** escolher e destituir os Auditores Independentes;
- IX -** autorizar a alienação, oneração e arrendamento de bens do ativo permanente em valor superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia e de bens imóveis em qualquer valor, bem como a prestação de garantias inclusive fidejussórias a favor de terceiros;
- X -** aprovar o Regimento Interno;
- XI -** declarar dividendo intermediário à conta do Lucro Líquido, Lucros Acumulados ou Reservas Livres existentes;
- XII -** deliberar sobre aquisição e alienação direta ou indireta de participações societárias, sempre que essa participação represente mais do que 10% do capital social da Companhia investida;
- XIII -** deliberar sobre atos que envolvam transformação, fusão, cisão, incorporação e extinção de sociedades das quais possua participação societária;
- XIV -** vetar as deliberações da Diretoria, podendo determinar novo exame do assunto;
- XV -** aprovar os planos de ação e o orçamento-programa, anuais e plurianuais;
- XVI -** decidir sobre os planos de expansão ou de redução das atividades;
- XVII -** submeter à Assembleia Geral a proposta de reforma do Estatuto e a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício;
- XVIII -** decidir sobre contratos entre a Companhia e seus acionistas ou pessoas ligadas;
- XIX -** deliberar, ad referendum da Assembleia Geral, sobre o grupamento ou desdobramento das ações que compõem o capital social;
- XX -** distribuir aos administradores e/ou empregados da Companhia, participação nos lucros e/ou resultados da Companhia, nos limites fixados pela Assembleia Geral;
- XXI -** fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores para os quais a Assembleia Geral tenha aprovado o montante global;
- XXII -** criar órgãos e comitês de apoio administrativo, podendo eleger e destituir seus membros, determinar-lhes a competência de atuação e fixar as respectivas remunerações;
- XXIII -** exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral, bem como resolver os casos omissos ou não previstos neste Estatuto.

Art. 15 - Nos termos do disposto na legislação em vigor, em Reunião Ordinária serão atribuídas responsabilidades, por área de sua atividade, aos Diretores Estatutários eleitos

Página 2 de 10



regularmente pela Reunião do Conselho de Administração convocada para esse fim, e que acumularão as funções estabelecidas.

Art. 16 - A Assembléia Geral poderá deixar vagos os cargos que julgar convenientes.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer de seus membros ou da Diretoria Executiva, com a intitulação que entender conveniente, não conflitantes com as atribuições privativas estabelecidas neste Estatuto.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA

Art. 17 - A Diretoria da Companhia será composta de 2 (dois) a 10 (dez) membros, acionistas ou não, eleitos e podendo ser destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá nomear funcionários de sua confiança para o cargo de Diretor Adjunto, mantidas as condições de empregados, vedada a concessão de poderes que a Lei ou este Estatuto atribuírem exclusivamente a Diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

Art. 18 - O Conselho de Administração fixará os poderes e as atribuições de cada Diretor, nomeando dentre eles os cargos previstos neste Estatuto.

Art. 19 - Nos casos de ausência ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pelo Conselho de Administração.

Art. 20 - Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer um dos Diretores, o Conselho de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias contado da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

Art. 21 - A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação do Diretor-Presidente ou 2 (dois) Diretores e com a presença da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões e, na sua ausência, a qualquer Diretor que for escolhido na ocasião.

Art. 22 - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e, no caso de empate, o Diretor-Presidente usará o voto de qualidade.

Art. 23 - A Companhia se considerará obrigada pela assinatura conjunta de dois Diretores ou de um Diretor com um Procurador nomeado pelo Diretor-Presidente e por um Diretor.

Art. 24 - Compete à Diretoria:

- I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e a legislação em vigor;
- II - praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- III - criar e extinguir dependências;
- IV - representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração.



Art. 25 - Qualquer membro da Diretoria, além de suas atribuições e poderes, poderá exercer, cumulativamente, os cargos de atribuições específicas dos Diretores Estatutários, e tem poderes de representação perante os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como demais entidades de direito público ou privado, desde que tenha sido aprovado por deliberação do Conselho de Administração.

Art. 26 - São funções específicas dos Diretores Estatutários, conforme atribuições da legislação pertinente em vigor:

Diretor Presidente, com poderes para:

- a) representar a Companhia em juízo ou fora dele;
- b) solicitar a qualquer tempo ao Presidente do Conselho de Administração a convocação deste para deliberar sobre matéria encaminhada pela Diretoria Executiva;
- c) constituir, mediante a aprovação da Diretoria Executiva, por prazo e para fins determinados, mandatários em nome da Companhia, outorgando-lhe poderes específicos;
- d) solicitar ao Diretor Superintendente a elaboração dos programas e projetos relativos às atividades da Companhia, o orçamento anual com previsão discriminada das receitas e despesas, as demonstrações financeiras, a prestação de contas e os relatórios circunstanciados das atividades operacionais e de situação econômico-financeira da Companhia, a serem submetidos ao Conselho de Administração;
- e) cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho de Administração às normas estatutárias, bem como à legislação e determinações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP pertinentes às Seguradoras;
- f) assinar os contratos, acordos e convênios de interesse da Companhia, aprovados pelo Conselho de Administração, bem como assinar os cheques juntamente com o Diretor Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios;
- g) administrar e dirigir os recursos, bens, serviços e negócios da Companhia, movimentando, em conjunto com o Superintendente, outro Diretor ou Procurador com poderes próprios, suas contas bancárias e os seus valores financeiros;
- h) encaminhar às autoridades competentes, especialmente à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, juntamente com o Diretor de Relações com a SUSEP, as contas, demonstrações financeiras, relatórios e demais dados contábeis, financeiros, orçamentários e demonstrações pertinentes ao Balanço Geral da Companhia;
- i) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 30 de outubro de cada ano, a proposta orçamentária para o ano seguinte, onde especificará, separadamente, as receitas e despesas, de capital e de operações;
- j) submeter ao Conselho de Administração, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Balanço Geral, as demonstrações financeiras e os relatórios circunstanciados relativos às atividades do ano anterior;
- k) adquirir e alienar bens móveis e imóveis, quando previamente autorizados pelo Conselho de Administração e respeitadas as normas estabelecidas pela legislação em vigor;
- l) criar e extinguir comissões e grupos de trabalho;
- m) autorizar e ratificar a realização das despesas extraordinárias, assim consideradas aquelas não previstas em orçamento em até, no máximo, 10 (dez) salários mínimos.

Diretor Superintendente, com poderes para:

- a) coordenar, supervisionar e executar atividades e serviços administrativos, financeiros e operacionais da Companhia, praticando os demais atos que forem determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Presidente da Diretoria Executiva;
- b) comparecer, quando convocado, às reuniões do Conselho de Administração para prestar esclarecimentos e discutir questões de sua área;

Página 53 de 10



c) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo/Financeiro, a proposta orçamentária, o relatório das atividades, a prestação de contas mensal, o balanço intermediário e o geral e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração;

d) admitir e dispensar técnicos especializados, administrativos e auxiliares, necessários às realizações da Companhia, cumpridas as formalidades legais;

e) apresentar estrutura administrativa para a Diretoria Executiva, compondo cargos e salários;

f) apresentar para a Diretoria Executiva o Plano de Ação Anual e Orçamento, para a aprovação do Conselho de Administração;

g) coordenar a captação de negócios;

h) manter e dirigir a correspondência, o serviço de comunicação e o de divulgação;

i) controlar e manter sob sua supervisão os Livros, documentos, registros e outros papéis da Companhia;

j) interagir com todos os setores e órgãos da Companhia, para que sejam cumpridas as finalidades previstas neste Estatuto.

Diretor de Relações com a SUSEP, respondendo pelo relacionamento com a Autarquia, prestando, isoladamente ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas.

Diretor Administrativo-Financeiro, responsável pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução do objetivo social.

Diretor Técnico, responsável pela supervisão das atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivos regulamentos, condições gerais, condições especiais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos.

Diretor Comercial, tendo como função básica planejar, ordenar, fazer executar, orientar e controlar todas as atividades subordinadas à Produção e à Gerência das Sucursais, Filiais, Representações e Inspetorias de Produção, de acordo com a política empresarial.

Diretor Responsável pelo cumprimento das normas de Contabilidade, responsável junto à SUSEP, pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor, conforme disposição da Resolução CNSP nº 118/2004.

Diretor Responsável pelo Sistema de Controles Internos, das atividades, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 249/04.

Diretor Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 03/03/1998, com a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições sobre os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme disposto na Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003.

Diretor Responsável pelo Sistema de Prevenção contra Fraudes, das atividades dos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes, dos sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis à Seguradora, em cumprimento do disposto na Circular SUSEP nº 344, de 21/06/2007.

Página 4 de 10



Art. 27 - A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais aprovados pelo Conselho de Administração, podendo deliberar sobre quaisquer matérias relacionadas com o objetivo social, bem como adquirir, alienar e gravar bens móveis e imóveis, contrair obrigações, celebrar contratos, transigir e renunciar a direitos, sendo vedado à sociedade prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma.

§ 1º - Em todos os atos ou instrumentos que criem, modifiquem ou extingam obrigações da Companhia, esta será representada por dois Diretores em conjunto, ou, ainda, por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado por dois Diretores.

§ 2º - A Companhia poderá ser, excepcionalmente, representada por um único Diretor ou procurador com poderes especiais, nas Apólices representativas dos Contratos de Seguros nos Ramos em que está autorizada a operar.

§ 3º - Os procuradores "ad negotia" serão constituídos por mandato com prazo não superior a 1 (um) ano, na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes, no qual serão especificados os poderes outorgados.

§ 4º - Na abertura, movimentação ou encerramento de contas de depósitos bancários, bem como no endosso de cheques emitidos a favor da Companhia para depósito em conta bancária de terceiros, a Companhia será representada na forma estabelecida nos §§ 1º e 2º precedentes.

§ 5º - O endosso de cheques para depósito em conta corrente da Companhia somente poderá ser efetuado mediante assinatura de dois Diretores ou de um Diretor e um Procurador com poderes especiais.

§ 6º - Nas reuniões ou Assembléias Gerais de sociedades de que seja sócia quotista ou acionista, a Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou por um procurador com poderes especiais, constituído por mandato assinado na forma deste artigo.

Art. 28 - Obedecidas as disposições legais e além das aplicações pertinentes às reservas técnicas, a Diretoria fica autorizada a aplicar as disponibilidades da Companhia, inclusive na aquisição de participação societária em outras sociedades.

Art. 29 - A representação ativa ou passiva da sociedade, em Juízo ou fora dele, bem como em atos, contratos e mandatos, será exercida pelo Diretor Presidente isoladamente ou por dois Diretores em conjunto.

Art. 30 - Compete a cada Diretor exercer os encargos que lhes sejam atribuídos pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais fixadas pelo Estatuto e pelo Regimento Interno e as designações do Diretor Presidente.

Parágrafo Único - Também compete a qualquer Diretor, ou aos procuradores com poderes expressos, a representação da Companhia perante as repartições oficiais fiscalizadoras ou controladoras de seguros e outras, bem como perante quaisquer terceiros.

Art. 31 - A Diretoria terá a remuneração mensal atribuída pelo Conselho de Administração, segundo seus próprios critérios, a título de honorários mensais.

Página 7 de 10



§ 1º - Além da remuneração fixada neste artigo, os Diretores Estatutários receberão uma gratificação de Natal anual, no valor dos honorários mensais individuais que estiverem vigorando, na mesma ocasião e segundo os mesmos critérios adotados para os funcionários.

§ 2º - Aos Diretores Estatutários será atribuída uma participação anual de 10% (dez por cento) do Resultado Operacional do exercício, a ser distribuída na forma estabelecida em reunião do Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Art. 32 - O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente que será instalado, por deliberação da Assembleia Geral, para funcionar até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação.

Parágrafo Único - Nos exercícios sociais em que for instalado o Conselho Fiscal, para a sua constituição e atribuições serão observadas as normas do Capítulo XIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 33 - A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses subsequentes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, obedecidas as prescrições da legislação societária.

§ 1º - A Assembleia Geral será convocada e instalada pelo Presidente do Conselho de Administração, sendo presidida e secretariada por acionistas escolhidos pelos presentes.

§ 2º - As deliberações da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

§ 3º - O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por seu representante legal ou por procurador constituído a menos de um ano, observado o disposto no § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.

Art. 34 - Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício desses direitos enquanto não for feita a designação.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E DOS RESULTADOS

Art. 35 - O exercício social encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e elaboradas as demonstrações financeiras.

Art. 36 - Do lucro apurado no exercício serão deduzidos, obedecidas as disposições legais:
a) os eventuais prejuízos acumulados.

Página 8 de 10



- b) a provisão para o imposto de renda;
- c) até 10% (dez por cento) para atender a participação dos Diretores Estatutários, obedecidas as disposições legais.

Parágrafo Único - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Art. 37 - Do lucro líquido do exercício, atendidas e observadas as disposições legais, 5% (cinco por cento) se destinarão à constituição de Reserva Legal, cujo total não pode exceder 20% (vinte por cento) do Capital Social.

§ 1º - Os acionistas detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei.

§ 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescrevem em favor da Companhia.

Art. 38 - O saldo livre do lucro líquido do exercício terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Art. 39 - O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social.

Art. 40 - A Assembleia Geral poderá deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente com direito a voto, a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro, nos termos do § 3º do art. 202 da lei societária.

CAPÍTULO VII DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Art. 41 - A Companhia, sua Assembleia Geral, e os seus administradores observarão obrigatoriamente as disposições contidas em acordos de acionistas arquivados na sede social, não produzindo qualquer efeito os atos praticados ou os votos proferidos em desconformidade com o estipulado em tais acordos.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - A Companhia poderá sofrer cisão, fusão ou incorporação de acordo com os casos previstos na legislação societária, competindo à Assembleia Geral, convocada para tal finalidade, estabelecer o conceito ou forma que venha adotar, sendo que as decisões deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes.

Art. 43 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei.

Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a legislação em vigor.

Página 9 de 10

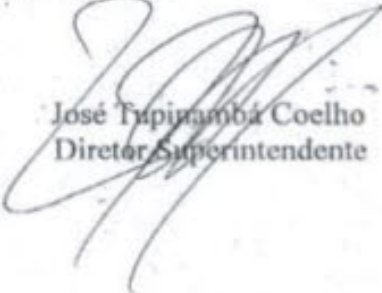


Art. 45 - O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Recife, 30 de maio de 2011

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


Mucio Novaes de Albuquerque Cavalcanti
Diretor Presidente


José Tupinambá Coelho
Diretor Superintendente


Anderson Peixoto OAB/PE 29854



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 26/09/2011

SOB Nº: 20112015204

Protocolo: 11/201520-4

Empresa: 26 3 0001024 1

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETÁRIO-GERAL



JUNTADA DE HONORÁRIOS PERICIAIS





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO: 00139089220208172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,
Pede Deferimento.

RECIFE, 2 de julho de 2020.


JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br




RECIBO DO SACADO

		104-0	10498.39291 94000.100043 12075.945985 4 83230000020000	
Cedente / Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Nº do documento 040271700742006227	Nosso Número 14000000120759459-0	Vencimento 21/07/2020	Valor do Documento 200,00	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 22A VARA CIVEL PROCESSO: 00139089220208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01798874 - 0 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700742006227 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10498.39291 94000.100043 12075.945985 4 83230000020000	
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA				Vencimento 21/07/2020
Beneficiário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			CPF/CNPJ do Beneficiário 00.360.305/0001-04	Agência / Código do Cedente 2717 / 839299
Data do documento 22/06/2020	Nº do documento 040271700742006227	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 22/06/2020
Uso do Banco	Carteira CR	Moeda R\$	Quantidade	Nosso Número 14000000120759459-0
				(=) Valor do Documento 200,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): TRIBUNAL: TJ PERNAMBUCO COMARCA: RECIFE VARA: RECIFE - 22A VARA CIVEL PROCESSO: 00139089220208172001 N° GUIA: 1 JURISDICIONADOS: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA / SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU CONTA: 2717 040 01798874 - 0 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040271700742006227 OBS:				(-) Desconto (-) Outras Deduções/Abatimentos (+) Mora/Multa/Juros (+) Outros Acréscimos (=) Valor Cobrado
Sacado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGU				CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04 UF: CEP:
Sacador/Avalista:				CPF/CNPJ:

Autenticação - Ficha de Compensação





Guia - Ficha de Compensação

N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
		29/06/2020	0	0
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
29/06/2020	2730405	00139089220208172001		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PE	Vara Cível	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS		Jurídica	33054826000192	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
DANIEL MARDUQUEU DA SILVA		FÍSICA	04122574404	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
82B6A449E3669564				
CÓDIGO DE BARRAS				
10498.39291 94000.100043 12075.945985 4 83230000020000				





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO - NOMEAÇÃO PERITO

Ilmo Sr., em face do(a) despacho/decisão de ID 59584344 proferido nos autos do processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001 da Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, ajuizado por AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA contra REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, fica a V.S.ª notificado(a) de sua nomeação como perito, bem como INTIMADO(A) do inteiro teor do(a) Despacho/Decisão que segue transcrito abaixo:

“Tendo em vista a declaração prestada, sob as penas da lei, defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. Trata-se de Ação de Cobrança de Indenização Securitária – DPVAT, da qual ainda não consta a realização de perícia acerca da dimensão dos danos físicos sofridos pela parte demandante, prova imprescindível à resolução do mérito da demanda e à possibilidade de oferecimento de uma proposta de conciliação pela ré. Dessa forma, entendo que é o caso de, na forma do art. 381, II, do Novo Código de Processo Civil, antecipar a produção dessa prova, com o fim de facilitar a autocomposição entre os litigantes, bem como, em face do grande número de processos que versam sobre a mesma matéria, possibilitar ao perito realizar o maior número de perícias possível, em atenção à economia e celeridade processuais. Diante do exposto, determino a antecipação da confecção da prova de índole pericial, visando a comprovar a existência e o grau das lesões sofridas pela parte autora. Nomeio enquanto perito do Juízo o Dr. PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO, CRM-PE n. 16868, fixando seus honorários em R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme a convenção entabulada entre a Seguradora Líder e o TJPE (DVAT/JUR-583/2015 e Ofício nº 005/2015-TJPE/CGSRCAC). Assim, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetivar o depósito judicial do valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) e, querendo, oferecer quesitos complementares, para além de indicar perito assistente. Intime-se também a parte autora para tomar ciência da presente decisão e, de igual sorte, querendo, oferecer quesitos complementares e indicar perito assistente. Após o decurso do prazo e a apresentação do comprovante de depósito judicial, proceda a secretaria o agendamento do exame pelo perito e intimação pessoal da promovente. Intimem-se, também, através do Sistema PJE, a ré e os patronos das partes. Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado. Cumpra-se. Recife, 20 de março de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito”

O laudo deverá ser inserido nos autos no formato PDF com menos de 1,5mb cada arquivo.

Atenciosamente

RECIFE, 14 de julho de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR COM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos o AR referente a INTIMAÇÃO de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 14 de julho de 2020

ROBERTO FERREIRA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
Nome: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS	
Endereço: AV MARQUÊS DE OLINDA, 175, RECIFE Antigo, RECIFE - PE -	
CEP: 50030-000	
UF	PAIS / PAYS
0013908-92.2020.8.17.2001	ID 60141350 3
INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
<input type="checkbox"/> EMS	
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DO RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
	11 / 06 / 2020
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	
RAFAEL GUBOVS	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGAO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR / SIGNATURE DE L'AGENT
	Ricardo Figueiredo Trigueiro da Costa
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS	

FC0463 / 16

114 X 186mm



Correios
Brasil

AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JU 6573 3259 32



DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

10 JUN 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGF SÃO JOSÉ

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

DIRETORIA CIVIL DE 1º GRAU DA CAPITAL

FONTE DESEMPACADOR ROBOLO AURELIANO - 1º ANDAR

ATORES EMPACADOR GUERRA BARREIRO, S/Nº

LMA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

LMA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



Assinado eletronicamente por: ROBERTO FERREIRA DA SILVA - 14/07/2020 11:34:17

<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20071411341738000000063438741>

Número do documento: 20071411341738000000063438741

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM - PE: 16.868, CPF: 009.226.694 - 06, médico perito judicial, honrado pela confiança técnica depositada por Vossa Excelência em minha pessoa, informo que para realização de perícias enquanto não existir controle do COVID- 19, trabalharemos com redução da quantidade de agendamentos e sempre que possível com horário marcado. As pessoas saem de casa, em sua maioria, comparecem acompanhadas, se aglomeram no transporte, se aglomeram na entrada, já que o medo de deixar de ser atendido as fazem chegar até 03 horas antes do horário agendado, não sendo possível nem garantir a distância mínima recomendada para minimizar a propagação do vírus.

A perícia, que avalia lesões e sequelas, exige o contato físico das partes, que no atual momento, ainda apresenta risco para ambas as partes.

Retomando as atividades, suspensas por motivo de força maior, peço desculpas quanto à distância do agendamento, no entanto, foi providenciado aumento da equipe administrativa, sendo possível o envio do laudo em até dois dias após a realização das perícias.

Solicito agendamento/reagendamento para o dia **10/09/2020, às 09:20**, RESPEITAR O HORÁRIO AGENDADO, na Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração). Deverá comparecer com a intimação com a data em mãos e todos os seus exames (inclusive Raio X, se tiver) e documentos relacionados ao acidente.

SOLICITO:

- Que compareçam acompanhados apenas os menores de idade, idosos ou pessoas com necessidades especiais;
- Respeitem o horário agendado, não chegando com “horas” de antecedência, evitando assim aglomeração de pessoas;
- Compareçam com as intimações ou que seja informado por ser representante, número de seu processo, para tornar o atendimento mais rápido.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 14 de julho de 2020.

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

RECIFE, 27 de julho de 2020.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Destinatário(s):

Nome: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Endereço: Rua José Francisco de Paula, nº 09, Residencial Reserva da Pitanga, Quadra G, Agamenon Magalhães, Igarassú/PE, CEP 53.640-782

Através da presente, fica V. Sa. INTIMADO(A) à comparecer à PERÍCIA, designada nos autos do processo em epígrafe, na data, no horário e no endereço abaixo determinados:

Data: 10/09/2020

Horário: 09:20

Endereço: Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).

ATENÇÃO: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia.

Obs.: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio da parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>

A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessário a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>

Eu, ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA, o digitei e o submeto à conferência e assinatura(s).

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau

Assina por ordem do(a) Juiz(a) de Direito da Vara

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo as partes da perícia designada nos autos do processo em epígrafe, na data, no horário e no endereço abaixo determinados:

Data: 10/09/2020

Horário: 09:20

Endereço: Rua Jornalista Paulo Bittencourt, 155, sala 201, Empresarial Derby Park, Derby, Recife-PE, CEP: 52010-260, telefone: 81 4101-0698 (empresarial localizado em frente ao Grupo Máximo Educacional / Rua da Emergência Clínica do Hospital da Restauração).

Atenção: No caso de perícia médica, levar os exames relacionados ao objeto da perícia.

RECIFE, 27 de julho de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



Anexo.



EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DA 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL SEÇÃO B

PROC.: 0013908-92.2020.8.17.2001

RECLAMANTE: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho, CRM-PE 16.868, CPF: 009.226.694-06, PIS/PASEP 19033820407, médico perito judicial, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem, considerando o termino da sua lide e a entrega do laudo médico pericial

Solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará e que seja informado quando for liberado.

Nesses termos

Pede deferimento.

Recife, 10 de setembro de 2020.



Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM 16.868

Médico Perito

☎ 81 4101.0698

✉ pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com



Nº do processo: 0013908-92.2020.8.17.2001

Nome Completo: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

Assinatura do Reclamante:

CPF: 041.225.744-04

Vara: 22ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do Acidente

Local do Acidente:

IGARASSU-PE

Data do Acidente: 17/10/2019

Avaliação

I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐ Não

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Membro superior esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

LUXAÇÃO cotovelo E + fratura proximal U.S. (submetido a redução imediata do cotovelo + tratamento cirúrgico).

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒ Não

Se sim, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Deficit de extensão do cotovelo E + rigidez completa da mão E + deficit de flexão dos dedos da mão E que comprometem a função de preensão.

V) Em virtude da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: _____
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento da opção "a" ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais suscetível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto em instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental).

Paulo Menezes
Perícias Médicas
CRM-PE 16868
CPF.: 009.226.694-06

(81) 4101.0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com

PAULO MENEZES

PERÍCIAS MÉDICAS

b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa e forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque o percentual

1º Lesão

Membro superior ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve
Esquerdo ☐ 50% Média ☒ 75% Intensa

2º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve

☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Informações Complementares

Data da realização do exame médico legal:

10/09/2020

Paulo Menezes
Perícias Médicas
CRM-PE 16868

CPF.: 009.226.694-06

Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho

CRM-PE: 16.868

(81) 4101-0698

pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do trecho da Decisão de ID 59584344, conforme segue transcrito abaixo:

" Após a realização da perícia, intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o seu resultado"

RECIFE, 10 de setembro de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DA SEÇÃO B
DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PE

PROCESSO: 0013908-92.2020.8.17.2001

PROMOVENTE: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

PROMOVIDA: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, em epígrafe, que tramita perante este Douto Juízo, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor para ao final requerer o seguinte:

Douto(a) Magistrado(a), o Autor foi submetido a perícia médica judicial, tendo o *expert* elaborado LAUDO PERICIAL, documentos de Id. 67770768 dos autos, comprovando a invalidez permanente e irreversível, apontando lesões do **MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO NO PERCENTUAL DE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO)**.

Portanto, de acordo com a Tabela de Invalidez inserta na Lei nº 6.194/74, o valor a ser recebido pelo Autor é de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Como a seguradora efetuou o pagamento na seara administrativa no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), resta o complemento no valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais)

PELO EXPOSTO, requer à Vossa Excelência, seja **JULGADA PROCEDENTE A PRESENTE DEMANDA NOS TERMOS DA EXORDIAL**, observado o laudo pericial de Id. 67770768 dos autos, bem como nos honorários sucumbenciais a serem arbitrados por Vossa Excelência, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, de acordo com o disposto no art. 85 do CPC, sendo desta forma feita a mais lúdima **JUSTIÇA**.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Recife/PE, 11 de setembro de 2020.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB-PE 1292-A



IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00139089220208172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.



Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 24 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0013908-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

DESPACHO

Ausentes requerimentos outros pelas partes, sendo certo que os documentos juntados, as respectivas alegações dos contendores e o laudo pericial acostado permitem o exame completo da controvérsia, verificando-se, portanto, que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, **determino o retorno dos autos conclusos para sentença.**

Não havendo pedido de esclarecimentos ou ajustes, no prazo de 05 dias (CPC, art. 357, § 1º), façam-me conclusos para a sentença.

Publique-se e intemem-se.

Recife, 07 de outubro de 2020.

Maria Cristina Souza Leão de Castro
Juíza de Direito Titular





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE AR SEM RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, faço anexar aos presentes autos a carta devolvida referente a INTIMAÇÃO de DANIEL MARDUQUEU DA SILVA, tendo como motivo de devolução: NÃO PROCURADO. O referido é verdade. Dou fé.

RECIFE, 16 de novembro de 2020.

ROBERTO FERREIRA DA SILVA

Diretoria Cível do 1º Grau



AO REMETENTE

AO REMETENTE

832

Nome: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA
Endereço: Rua José Francisco de Paula, nº 09, Residencial Reserva da
Pitanga, Quadra G, Agamenon Magalhães, Igarassú/PE, CEP 53.640-782

0013908-92.2020.8.17.2001 ID 65307219 1
INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital





EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELEGRAFOS

<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Falado
<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input checked="" type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Recusado	<input checked="" type="checkbox"/> Não Procurado
<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Não existe o n.º Indicado	
<input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico	

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM _____

EM _____

Clodoaldo José da Silva
Mat. 8.505.412-7

DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº
LHA JOANA BEZERRA RECIFE/PE CEP: 50.080-900

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATARIO DO OBJETO / DESTINATAIRE			
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATARIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE			
ENDE	Nome: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA		
	Endereço: Rua José Francisco de Paula, nº 09, Residencial Reserva da Pitanga, Quadra G, Agamenon Magalhães, Igarassú/PE, CEP 53.640-782		
CEP /	0013908-92.2020.8.17.2001	ID 65307219	1
DECLA	INTIMAÇÃO Seção B da 22ª Vara Cível da Capital		
NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI		UF PAIS / PAYS	
<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE			
<input type="checkbox"/> EMS			
<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ			
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		DATA DO RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR		CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADOR / SIGNATURE DE L'AGENT	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS			

FC0463 / 16

114 X 186mm





AVISO DE RECEBIMENTO	AR
AVIS CN07	

Ju 6574 0904 5m

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
13 AGO 2020

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
____/____/____	____/____/____	____/____/____
: h	: h	: h

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AGF SÃO JOSÉ

PREENCHER COM LETRA DE FORMA



NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NON OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR									
DIRETORIA CÍVEL DE 1º GRAU DA CAPITAL									
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO - 1º ANDAR									
AV. DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/Nº									
ILHA JOANA BEZERRA RECIFE PE CEP: 50.080-900									
								BRASIL BRÉSIL	
[] [] [] [] [] - [] [] []									





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID 69201439, conforme segue transcrito abaixo:

" Ausentes requerimentos outros pelas partes, sendo certo que os documentos juntados, as respectivas alegações dos contendores e o laudo pericial acostado permitem o exame completo da controvérsia, verificando-se, portanto, que o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, determino o retorno dos autos conclusos para sentença. Não havendo pedido de esclarecimentos ou ajustes, no prazo de 05 dias (CPC, art. 357, § 1º), façam-me conclusos para a sentença. Publique-se e intemem-se. Recife, 07 de outubro de 2020. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular "

RECIFE, 16 de novembro de 2020.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco

Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001

AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que apesar de intimadas, as partes não se manifestaram acerca do despacho de ID 69201439. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 1 de março de 2021.

GUILHERME ANTONIO AMORIM LOBO

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810214

Processo nº **0013908-92.2020.8.17.2001**

AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

SENTENÇA

Vistos, etc.

DANIEL MARDUQUEU DA SILVA ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito, ocorrido em 17/10/2019.

O demandante recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor inferior ao valor que entende como correto de indenização, que seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pelo que requer a condenação da requerida ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular.

A demandada apresentou defesa e documentos, aduzindo, em apertada síntese, que o autor não comprovou suas alegações quanto à lesão sofrida. No mérito, suscitou a ausência de documento imprescindível à propositura da demanda e argumentou a plena validade da quitação pela via administrativa.

Laudo pericial à id. 67770768.

Instadas a se manifestarem sobre a perícia, ambas as partes se pronunciaram, apresentando manifestação nos autos.

Retornaram conclusos os autos.

Relatados. Decido.

DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, ao *quantum* indenizatório.

IN MERITUM CAUSAE

Inicialmente, verifico que o autor instruiu a exordial com os dados necessários à comprovação do sinistro, bem como laudos médicos que dão indícios da lesão sofrida.

Apesar de se constituir em um importante elemento para elucidação dos casos relacionados ao Seguro DPVAT, a ausência do laudo expedido pelo IML pode ser suprida pela perícia oficial do TJPE, como tem ocorrido em casos semelhantes, uma vez que cada dia mais se multiplicam os processos relacionados ao tema.

É importante ressaltar, inclusive, a premente dificuldade que recairia sobre a parte autora em ter



que colacionar, de pronto, tal laudo, seja pela sua dificuldade técnica e financeira, seja pelo asoberbamento do Instituto de Medicina Legal, de modo que a concretização dessa exigência resultaria na impossibilidade do exercício do direito de ação.

Da análise dos autos, verifico que a suplicada alega que já houve o pagamento da indenização securitária na via administrativa, devendo aquele ser considerado como quitação ofertada pelo autor. Todavia, da leitura detida da proemial, resulta clarividente que o requerente, na verdade, almeja a complementação desse valor.

Ora, é direito do autor discutir em juízo a obrigação de pagamento daquilo que julga devido e, de outra banda, a procedência ou não de tal pleito é matéria afeita ao mérito propriamente dito da causa. Ressalte-se que há evidente interesse de agir do requerente, consistente na complementação do valor do *quantum* recebido. O pagamento ofertado pela demandada não implica em quitação ofertada pelo autor, tampouco não tem o condão de afastar a apreciação da questão pelo Poder Judiciário.

Pois bem. À id. 67770768, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o promovente sofreu uma lesão parcial incompleta no membro superior esquerdo, representativa de comprometimento traduzido no percentual de 75% (setenta e cinco por cento).

Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, de modo que está caracterizada a aptidão do laudo em comento para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois, quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído.

A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios:

“Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes” (STJ – 4ª T, AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT).

Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas à base de 75% (setenta e cinco por cento), no membro superior esquerdo, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa exata proporção.

Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 75% (setenta e cinco por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquentena centavos).

Assim, subtraindo do quantum devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, chegamos ao valor final R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), devido a título de complementação da indenização securitária.

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de final R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), corrigidos monetariamente desde a data do efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ), assim considerada a data do pagamento a menor. Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação.

Em virtude do princípio da causalidade, tendo em vista que a seguradora deu causa a presente ação, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixando estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado pela tabela da ENCOGE, desde a publicação da presente decisão.

Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais.

PRI.

Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo.



Recife, 01 de março de 2021.

Maria Cristina Souza Leão de Castro
Juíza de Direito Titular





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 22ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 76064093, conforme segue transcrito abaixo:

" Vistos, etc. **DANIEL MARDUQUEU DA SILVA** ajuizou a presente Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais – DPVAT contra a **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização por debilidade permanente, decorrente de acidente de trânsito, ocorrido em 17/10/2019. O demandante recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), valor inferior ao valor que entende como correto de indenização, que seria de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), pelo que requer a condenação da requerida ao pagamento do montante complementar, nos termos da peça vestibular. A demandada apresentou defesa e documentos, aduzindo, em apertada síntese, que o autor não comprovou suas alegações quanto à lesão sofrida. No mérito, suscitou a ausência de documento imprescindível à propositura da demanda e argumentou a plena validade da quitação pela via administrativa. Laudo pericial à id. 67770768. Instadas a se manifestarem sobre a perícia, ambas as partes se pronunciaram, apresentando manifestação nos autos. Retornaram conclusos os autos. Relatados. Decido. **DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE** Entendo que o feito encontra-se apto a julgamento, caracterizada que está a hipótese de incidência do teor do disposto no artigo 355, inciso I, do Estatuto de Ritos em vigor, que autoriza o julgamento antecipado da lide, uma vez que, em relação à questão de fato, consistente na lesão sofrida pelo autor, o feito está satisfatoriamente instruído, necessitando solução apenas quanto à questão de direito, ao quantum indenizatório. **IN MERITUM CAUSAE** Inicialmente, verifico que o autor instruiu a exordial com os dados necessários à comprovação do sinistro, bem como laudos médicos que dão indícios da lesão sofrida. Apesar de se constituir em um importante elemento para elucidação dos casos relacionados ao Seguro DPVAT, a ausência do laudo expedido pelo IML pode ser suprida pela perícia oficial do TJPE, como tem ocorrido em casos semelhantes, uma vez que cada dia mais se multiplicam os processos relacionados ao tema. É importante ressaltar, inclusive, a premente dificuldade que recairia sobre a parte autora em ter que colacionar, de pronto, tal laudo, seja pela sua dificuldade técnica e financeira, seja pelo assoberbamento do Instituto de Medicina Legal, de modo que a concretização dessa exigência resultaria na impossibilidade do exercício do direito de ação. Da análise dos autos, verifico que a suplicada alega que já houve o pagamento da indenização securitária na via administrativa, devendo aquele ser considerado como quitação ofertada pelo autor. Todavia, da leitura detida da proemial, resulta clarividente que o requerente, na verdade, almeja a complementação desse valor. Ora, é direito do autor discutir em juízo a obrigação de pagamento daquilo que julga devido e, de outra banda, a procedência ou não de tal pleito é matéria afeita ao mérito propriamente dito da causa. Ressalte-se que há evidente interesse de agir do requerente, consistente na complementação do valor do quantum recebido. O pagamento ofertado pela demandada não implia em quitação ofertada pelo autor, tampouco não tem o condão de afastar a apreciação da questão pelo Poder Judiciário. Pois bem. À id. 67770768, a perícia constatou que, em consequência de acidente com veículo automotor, o promovente sofreu uma lesão parcial incompleta no membro superior esquerdo, representativa de comprometimento traduzido no percentual de 75% (setenta e cinco por cento). Uma vez confirmada e quantificada pela perícia médica oficial a lesão sofrida pelo autor, tenho que a causa encontra-se devidamente instruída, de modo que está caracterizada a aptidão do laudo em comento para servir como prova em Juízo. Sendo assim, o debate destes autos restringe-se à questão de direito, pois,



quanto ao fato (lesão), o feito está satisfatoriamente instruído. A utilização da tabela de proporcionalidade para o cálculo da indenização do seguro DPVAT está consolidada e resta pacificada pela jurisprudência dos tribunais pátrios: "Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes" (STJ – 4ª T, AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 20.628 – MT). Considerando-se que no presente caso a perda funcional/anatômica experimentada pela parte promovente não foi completa, mas à base de 75% (setenta e cinco por cento), no membro superior esquerdo, o percentual constante da mencionada tabela deve ser, igualmente, reduzido, tendo em vista essa exata proporção. Dessa sorte, deve ser envidada uma primeira operação para se atingir 70% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para, então, sobre o resultado obtido, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), fazer incidir uma segunda operação, observando o percentual de 75% (setenta e cinco por cento), totalizando o correspondente ao montante de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Assim, subtraindo do quantum devido aquilo que já fora quitado na esfera administrativa, chegamos ao valor final R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), devido a título de complementação da indenização securitária. Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo, com resolução do mérito, julgando procedente, em parte, o pleito autoral, para condenar a ré ao pagamento de final R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), corrigidos monetariamente desde a data do efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ), assim considerada a data do pagamento a menor. Incidirá, ademais, sobre tal valor, juros moratórios desde a citação. Em virtude do princípio da causalidade, tendo em vista que a seguradora deu causa a presente ação, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixando estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado pela tabela da ENCOGE, desde a publicação da presente decisão. Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais. PRI. Certificado o trânsito em julgado, ao arquivo. Recife, 01 de março de 2021. Maria Cristina Souza Leão de Castro Juíza de Direito Titular "

RECIFE, 22 de março de 2021.

ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 22ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0013908-92.2020.8.17.2001
AUTOR: DANIEL MARDUQUEU DA SILVA

REU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 22ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO - CPF: 009.226.694-06.

VALOR AUTORIZADO: R\$ 200,00 (Duzentos reais), com juros e correção monetária porventura existentes.

DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - AGÊNCIA 2717 - OPERAÇÃO 040- CONTA 01798874-0

Tudo conforme **SENTENÇA** de ID **76064093**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafo:

"Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento da quantia depositada a título de honorários periciais."

Eu, ALUSKA SUYANNE MARQUES DA SILVA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o número de identificação constante no rodapé. RECIFE, 31 de março de 2021.

Brenno Cavalcanti Mariano
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

Maria Cristina Souza Leão de Castro
Juiz(a) de Direito
(Assinado eletronicamente)

A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.



Alvará impresso.
Grato.

